



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2135/15	DATA: 20/10/2015	
LOCAL: Aracaju-Sergipe	INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 18h20min	PÁGINAS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA LÚCIA VIEIRA - Deputada Estadual de Sergipe.
JOSÉ MORAES - Presidente da Colônia de Pescadores Z4 - Sergipe.
ALÍCIA SANTANA SALVADOR MORAIS - Presidente da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba - Sergipe .
JOÃO BATISTA BISPO - Membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.
LÍVIA NASCIMENTO TINOCO - Procuradora-Chefe da Procuradoria da República em Sergipe.
MANOEL MOACIR MACEDO - Chefe da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros
PAULO EMANUEL ALVES - Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA.
ALDÍZIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO - Coordenador da Criação de Unidades de Conservação do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES - Secretário Nacional de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do Ministério do Meio Ambiente — MMA
TEÓFILO MELO - Superintendente, em Sergipe, da Secretaria de Patrimônio da União — SPU.
CLAYTON DE SOUZA PONTES - Coordenador-Geral de Reservas, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia — MMA.
JOSÉ LEAL DA COSTA BITENCOURT - Prefeito de Indiaroba, Sergipe;
ARTUR OLIVEIRA - Vereador de Estância, Sergipe.
CLÁUDIO CADUCHA- Vice-Prefeito de Barra dos Coqueiros, Sergipe.

SUMÁRIO

Seminário sobre a criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe e a preservação da mangabeira.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa de Sergipe, em Aracaju.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção inaudível.
Grafia não confirmada: Ramiro Sangel.
Há falha na gravação.



O SR. APRESENTADOR - Bom dia a todas e a todos os presentes.

Vamos dar início ao Seminário *Criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe e Preservação da Mangabeira*, uma realização da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados resultado da iniciativa do Deputado Federal João Daniel, do Partido dos Trabalhadores, membro desta Comissão, e que na Assembleia Legislativa de Sergipe, contou com a colaboração da Deputada Estadual Ana Lúcia, também do Partido dos Trabalhadores, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

O objetivo central deste seminário é debater os procedimentos e a finalização do processo de criação da reserva extrativista do litoral sul de Sergipe, que envolvem os Municípios de Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga d'Ajuda.

Para dar início efetivamente aos trabalhos, convidamos, para compor a Mesa, o Deputado Federal João Daniel (*palmas*); o Deputado Federal Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (*palmas*); a Deputada Estadual Ana Lúcia (*palmas*); o Sr. José Leal, Prefeito do Município de Indiaroba, representante dos Prefeitos da região que será abrangida pela RESEX (*palmas*); a Dra. Livia Nascimento Tinoco, Procuradora do Ministério Público Federal em Sergipe (*palmas*); o Sr. Aldízio Lima de Oliveira Filho, Coordenador de Criação de Unidades de Conservação do ICMBIO (*palmas*); o Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério das Minas e Energia (*palmas*); o Sr. Carlos Mário Guedes, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente (*palmas*); o Sr. José Moraes, da colônia de pescadores do Município de Estância (*palmas*); o Sr. Batista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representando o Sr. José Alberto dos Santos, o Careca, dos movimentos sociais que atuam na região (*palmas*); o Sr. Olivier Ferreira das Chagas, Secretário de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe, que estará presente dentro de alguns minutos; a Sra. Alícia Santana Salvador Morais, Presidente da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (*palmas*); o Sr. Paulo Alves, representando o Sr. André Bonfim, Superintendente do INCRA em Sergipe (*palmas*); e o Sr. Teófilo



Melo, representando a Superintendência de Patrimônio da União em Sergipe (*palmas*).

Para dar início aos trabalhos, vamos passar a palavra ao Deputado Federal João Daniel, para uma saudação inicial, ao Deputado Federal Edmilson Rodrigues e à Deputada Estadual Ana Lúcia. A partir desse momento vamos desfazer a Mesa e dar início às primeiras palestras relativas ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Bom dia.

Quero agradecer a presença a todos e saudar, em nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nosso grande companheiro Deputado Edmilson Rodrigues, que aqui a representa oficialmente, que tem um histórico de luta e de vida em defesa deste tema e de tantos outros. É um prazer receber em Sergipe V.Exa., que tem um histórico bonito de compromisso que orgulha a nossa luta, a luta do povo brasileiro, em especial com relação a este tema.

Quero saudar Carlos Guedes, um grande parceiro, amigo, conhecedor da nossa terra, da questão agrária, da questão ambiental.

Quero saudar a Deputada Ana Lúcia, que coordena a Frente Parlamentar e que também tem uma história de luta, aqui representando a Assembleia Legislativa e a Frente Parlamentar Ambientalista. S.Exa. tem um compromisso muito grande com esta luta do meio ambiente.

Saúdo a Dra. Lívia Tinoco, que acompanha muitos temas, e este é um deles, e que sempre teve a posição em defesa das comunidades, do meio ambiente. É um prazer muito grande tê-la aqui, como sempre contamos em todos os temas em defesa da sociedade, do meio ambiente e das demais questões.

Saúdo Paulo Alves, em nome de todos os órgãos públicos federais, também aqui representando o INCRA.

Quero saudar também todos os Vereadores, na pessoa de Arthur, que estava convidado para fazer parte da Mesa porque, como vários outros Vereadores, sempre acompanha este tema sobre RESEX, defendendo, participando, mobilizando e contribuindo; todos os movimentos que se encontram aqui, os pescadores, em nome do companheiro José Moraes, do Movimento dos Sem-Terra, em nome de Batista; as comunidades quilombolas; a Secretaria de Agricultura; a Secretaria de Meio Ambiente — o Secretário Olivier está a caminho; a TV ALESE; Teófilo,



representante da SPU, que tem papel fundamental neste tema; Moacir, um parceiro, Diretor da EMBRAPA, a quem agradeço a presença; o Prof. Givaldo, da Universidade Federal; os assessores da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e a nossa equipe no Estado e em Brasília.

Desde 2005 se debate a problemática da região. Depois o Instituto Chico Mendes, com o INCRA, fez um grande na região para mostrar a possibilidade e a viabilidade desse projeto. Tivemos forças contrárias, mas tivemos grande apoio do clamor popular, especialmente pelas catadoras de mangaba, pelos posseiros, pelos pescadores, pelos quilombolas de toda a região. Avançamos e tivemos várias audiências com a participação inclusive de Prefeitos. Alguns naquela época eram contra. E quero saudá-los, em nome de José Leal, Prefeito de Indiaroba.

Acredito que os quatro Prefeitos daquela região, de Itaporanga, a Prefeita Gracinha, aqui representada pelo Secretário de Agricultura, vi Júnior ali também, o de Santa Luzia, Edson, que Leal falava há pouco, de Estância, Carlos Magno, que também já discutimos. Acredito que temos uma situação diferente na região, com o apoio de Prefeitos e Vereadores, aqui representados por Arthur. Tem sido feito o debate e tenho notado apoio para o debate deste tema e da criação da reserva.

Eu e a Deputada Ana Lúcia tivemos audiência em Brasília. Nós acompanhamos o tema. Esta audiência aqui não é mais uma. Não estamos fazendo mais uma audiência, para botar papel. Não! Nós queremos acompanhar este tema, em nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Ana Lúcia, em nome da Frente Parlamentar Estadual. Todos que aqui estão têm compromisso com ele. Precisamos fazer com que tenhamos apoio do Governador do Estado, Jackson Barreto, que tem história ligada aos trabalhadores e às trabalhadoras posseiros, e do Governo Federal para este grande projeto, a criação da reserva extrativista e da mangaba.

É muito simples. Ouvimos sobre a mangaba, na Comissão de Agricultura, que é bastante conservadora, certos debates que não têm o menor sentido. Estou falando de setores reacionários. Mas temos gente comprometida, como o Deputado Edmilson Rodrigues, e vamos convencendo outras da importância. Inclusive temos projeto, já aprovado, com apoio de Edmilson e de vários outros Deputados, na



Comissão de Meio Ambiente, sobre a mangaba, patrimônio do nosso povo, que precisamos preservar.

Este seminário é muito importante. Aqui vamos ouvir, debater e dar encaminhamentos.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR - Convidamos a fazer uso da palavra o Deputado Federal Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estou aqui por alguns motivos. O principal é o fato de, em sendo Deputado Federal, membro da Comissão de Meio Ambiente e um dos ativistas da Frente Ambientalista da Câmara dos Deputados, ter acompanhado o trabalho do Deputado João Daniel. Tive a oportunidade de refletir sobre sua proposta de realização deste evento, que, como bem lembrou, não é mais uma audiência das importantes que se realizam com a presença do Ministério Público, como exigência inclusive para se constituir uma RESEX, mas é uma audiência que tem por objetivo construir um caminho, encurtar o caminho para tornar, digamos assim, concreta a ideia que ainda está em fase de análise. Precisamos, por isso, discutir para darmos o passo com segurança.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente, eu me senti obrigado a vir aqui, principalmente quando se trata de uma iniciativa de um Deputado do porte de João Daniel. Não é rasgação de flores. Nós temos 513 Deputados. Se vocês ligarem a *TV Câmara* agora poderão ver o Deputado João Daniel lá e aqui, porque todo dia ele ocupa a tribuna várias vezes. E temos divergências, de vez em quando defendemos ideias diferentes, mas em grande parte das questões estamos juntos.

Eu me sinto na obrigação de dizer, não é nenhum favor que faço, que o Brasil precisava ter vários Deputados que, mesmo quando há divergência, se respeitam pela forma compromissada. É uma expressão de respeito ao voto. Sinceramente, com a *TV Câmara*, vocês vão perceber que não estou mentindo. Infelizmente, nossa democracia permite que pessoas que passam 4 anos votando contra o povo, sem apresentar um projeto, sem mostrar uma preocupação concreta com a melhoria das condições de vida da população, às vezes sejam eleitas para vários mandatos. Não conseguimos entender como se dá isso.



Mas sabemos que felizmente o Brasil tem avançado muito em termos de democracia. Quem viveu a ditadura sabe o quanto é importante viver uma democracia. Quem viveu o regime militar, com todo o respeito aos militares — tenho um primo Brigadeiro —, a ditadura foi sanguinária. É por isso que tremo quando ouço discursos golpistas.

Parabéns, Deputado João Daniel, pela iniciativa e pelas presenças, que mostram que as instituições, ao virem aqui, reconhecem a importância do tema. Carlos Guedes já esteve no Pará um período contribuindo tecnicamente, ex-Presidente do INCRA, que agora está no Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBIO tem tido, no Pará, presença fundamental, porque é o Estado onde mais existem reservas extrativistas.

Ter a presença do Ministério Público Federal não é pouca coisa, com a Procuradora-Chefe. É uma coisa linda que estamos percebendo nesta fase democrática do Brasil o papel que o Ministério Público assume de protagonista mesmo na luta pelo respeito a um projeto de sociedade que só pode se realizar desde hoje. Não se pode deixar o futuro para os nossos netos, esse futuro tem que ser construído desde agora.

Se vocês lerem as matérias jornalísticas de anteontem, o IBAMA não expediu licença de operação para Belo Monte. Há uma pressão enorme das empresas, mas não expediu. Por quê? Porque tem técnicos sérios, e a instituição se fortalece quando obedece às normas, mas também porque o Ministério Público está acompanhando com várias ações, são quase 20 processos, para que as empresas que queiram ter lucro — isto é lógica de qualquer empresa, ter lucro — não tenham apenas lucro e destruam o equilíbrio ambiental e a dignidade das comunidades indígenas, pescadores, etc. Só lucro, calma lá!

Como se indeniza? Como se garante o direito? Como se cumpre o compromisso com o investimento, a infraestrutura de saneamento em água potável? Na beira do Rio Xingu, é justo que um projeto venha em nome do desenvolvimento para matar o povo de sede e deixá-lo sem assistência à saúde e à educação? Esses condicionantes que estavam previstos, muitos não estão sendo cumpridos, mas felizmente só existe possibilidade de se cumprirem porque há instituições que se fortalecem na defesa dos direitos dos humildes. E é isso que está aqui representado.



Não duvidem. O Deputado João Daniel está à minha esquerda. À minha direita está um homem leal, Prefeito de uma cidade importante. Espero que o debate seja muito bom.

A última vez que eu vim aqui faz 12 anos. Lembro-me que foi um período de festa. Vi ainda o meu amigo Déda dançando um xaxado, fazendo uma demagogia com o povo. Mas ele dançava bem. *(Risos.)* É uma pena que se foi tão cedo o meu líder na Frente Nacional de Prefeitos.

Então, vamos ao debate. Parabéns pela presença de todos. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR - Passamos a palavra, neste momento, à Deputada Estadual Ana Lúcia Vieira.

A SRA. ANA LÚCIA VIEIRA - Bom dia a todos e a todas. Neste momento, é importante agradecermos a presença de todos vocês nesta Casa, a Casa do Povo.

Acolho e agradeço a presença do nosso Deputado Edmilson Rodrigues, do Paulo Guedes e de todos que representam o Governo Federal.

Agradeço a presença da Dra. Lívia, de extrema importância para todos os movimentos sociais. Acho que o Ministério Público tem sido a referência e a esperança da população de exercer com dignidade os seus direitos e vê-los avançar.

Faço uma saudação especial aos que lutaram e resistiram desde 2003 para ver essa RESEX reconhecida: uma das primeiras provocações foi do Prof. Paulo Mares, que está aqui; o nosso Vereador Artur e a comunidade pesqueira.

Quero também enfatizar a presença da EMBRAPA e sua importância nesse processo, que começou em 2003, mas em 2009 já tinham terminado todas as audiências e relatórios. Foi aí que nasceu o Movimento das Catadoras de Mangaba, com a orientação e o trabalho bonito de pesquisa da EMBRAPA. As catadoras de mangaba, as regiões que têm mangabeiras estavam fora.

Tanto o Ministério Público Federal notificou quanto eu e o Prof. Iran tivemos audiência com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministro era Carlos Minc. Naquela ocasião, tivemos acesso ao relatório. Os técnicos disseram que não tinham nenhuma informação sobre a questão das mangabeiras. Foi aí que nós pedimos a retomada das audiências e do processo para inclusão de todas as áreas que contêm mangabeiras.



Portanto, é uma longa jornada, uma luta imensa, a luta das catadoras, representadas por uma de suas lideranças, a Alicia, que também vai ter oportunidade de expressar toda a sua luta e suas dificuldades.

O que nós esperamos, Deputado Edmilson Rodrigues, é que, na verdade, como o Deputado João Daniel disse, agora, com esta audiência, nós possamos realmente superar, com a presença do Ministério de Minas e Energia, todas as barreiras e empecilhos, e que realmente a nossa Presidente assine o decreto de criação dessa reserva.

Ela é fundamental para a sobrevivência das comunidades extrativistas, a sobrevivência do ecossistema daquela região, a sobrevivência de todo o nosso estuário, a sobrevivência de toda a biodiversidade daquela região. Acho que ela é fundamental, portanto, para a sobrevivência humana. Essa é a nossa expectativa.

Com certeza, vamos escutar todas as instituições, a sociedade civil e o encaminhamento de vitória desse povo que luta há muitos anos, mas que conseguiu iniciar o processo em 2003 — e nós já estamos em 2015.

Portanto, é preciso dar uma resposta a essas pessoas, porque o sofrimento é muito grande e precisamos cada dia mais lutar para melhorar as condições de vida da população sergipana.

Era isso. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR - Nós gostaríamos de esclarecer que todos os presentes vão poder fazer uso da palavra na segunda parte do seminário.

Neste momento, em razão do caráter democrático da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, nós vamos passar a palavra primeiro aos representantes das pessoas que vivem na região, que vão falar sobre as dificuldades que elas têm e quais são as expectativas em relação a este seminário.

Convidamos, inicialmente, o Sr. José Moraes, Presidente da Colônia de Pescadores de Estância, para fazer uso da palavra. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ MORAES - Bom dia a todas e a todos. Eu quero, neste momento, saudar o Deputado João Daniel, a Deputada Estadual Ana Lúcia, a Procuradora Dra. Livia e todas as autoridades presentes — não sei o nome de todos —, bem como os companheiros que se encontram presentes.



Meus amigos, este é o momento. Eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas pelas minhas condições. Eu estou tão emocionado por falar da criação da reserva extrativista porque, meus amigos, desde 2003 — muita gente aqui não sabe, mas pode procurar —, lá está, no gabinete do Presidente Lula, um abaixo-assinado de 1.227 pescadores. Junto com a Colônia de Pescadores Z4, fui eu, José Moraes, quem o levou à Presidência da República, em 2003, quando o Presidente Lula fez um encontro com os pescadores.

Em 2005, teve início esse trabalho. Tive a colaboração de vários companheiros conhecedores do problema dessa região, como o Prof. Paulo Mares. Tive também a ajuda de pessoas do MST. Isso eu não nego. Depois veio o pessoal do ICMBio, que fez o levantamento da área.

Terminado esse trabalho, veio o trabalho de levantamento fundiário, e eu tenho aqui a satisfação de prestigiar o nome dessa pessoa, Sr. Fontenele. Que grandes momentos de conflitos ele viveu! Conflito de ver uma arma à sua frente, com os poderosos proibindo a nossa entrada naquelas áreas, que pertenciam e pertencem à União. São Áreas de Preservação Permanente, onde nós, ao chegarmos, éramos recebidos por um homem armado de escopeta, com dois cachorros valentes — eu, o Sr. Fontenele e o pessoal do IBAMA. O Sr. Fontenele passou por essas aflições junto comigo.

Por que a colônia de pescadores, junto com os pescadores, teve essa ideia? Essa ideia veio da nossa necessidade de liberdade, de direito de fazer uso daquelas áreas, que nos pertenciam, porque o pescador vive do meio ambiente, dos rios, dos mangues, da maré, do mar. E tudo isso é propriedade da União.

Mas, infelizmente, nós somos impedidos de chegar a esses locais para buscar nossa sobrevivência porque as estradas estão fechadas. Já houve até morte de filhos de pescadores por insistirem em passar por aquela estrada para ir até o porto. Isso todos viram.

Então, a ideia surgiu dessa necessidade e também das agressões que existem às Áreas de Preservação Permanente na região sul. Eu acredito que nosso Estado todo seja afetado por isso aí, porque é uma negação em relação ao meio ambiente na região sul.



Nós temos aqui uma pessoa que representa as catadoras de mangaba. Sabemos da sua luta e das suas dificuldades. Elas também enfrentam grandes dificuldades para chegar até aquele local e buscar a sua sobrevivência. Foi por essa razão, meus amigos e autoridades presentes, que nós tomamos essa iniciativa, porque só a criação da reserva resolverá a nossa situação.

Hoje eu digo a todos: a situação do pescador artesanal é de calamidade pública. Hoje de madrugada eu cheguei de Brasília e vi o que está havendo em todo o País. Vi também como se encontra o processo de defesa dos pescadores artesanais. Agora é que se está iniciando o processo de defesa do pescador artesanal, assim como dessas pessoas maravilhosas que são as catadoras de mangaba. No início, elas até ficaram assustadas quando José Moraes defendeu as Áreas de Preservação Permanente. Mas eu quero dizer a D. Alícia e a todos os presentes: a mangaba pertence às Áreas de Preservação Permanente. Então quando eu estava defendendo a criação de uma reserva estava defendendo também a catadora de mangaba.

Não vou me prolongar porque há muitos para falar. Estou à disposição para responder a qualquer pergunta que possa ser feita.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Convidamos para fazer uso da palavra a Sra. Alícia Santana Salvador Morais, Presidente da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba. (*Palmas.*)

A SRA. ALÍCIA SANTANA SALVADOR MORAIS - Bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer pela iniciativa ao Deputado Federal João Daniel e à Deputada Estadual Ana Lúcia Vieira, que sempre estiveram presentes em nossas ações.

Nós, catadoras, queremos agradecer e falar um pouco mais sobre essa questão da reserva.

Como o Sr. José Moraes acabou de dizer, nossa situação é calamitosa. Para os senhores terem ideia, toda catadora é pescadora. Vivemos em uma área de



praia, onde realmente isso é necessário. A nossa sobrevivência sai da pesca e da cata da mangaba.

As pessoas não sabem, mas a mangaba é uma fruta que não dá o ano todo, ela dá em certo período. Durante o período de entressafra, nós mergulhamos de cara na pesca, de onde sai a nossa sobrevivência.

Quando vemos essas ameaças que existem hoje, que vêm nos acompanhando durante todo esse processo — os portos fechados, cada vez mais cercas entrando nos mangues, impedindo o acesso às mangabeiras —, realmente nos sentimos ameaçadas, encurraladas, sem ter para onde correr.

Quando nós tomamos a iniciativa de abraçar essa causa da reserva extrativista foi porque realmente nós sabíamos que essa é hoje a nossa única esperança de garantia de continuidade do nosso trabalho, do qual tiramos o sustento de nossos filhos e de nossos netos. Se a situação continuar como está, nós não teremos nenhum tipo de confiança nem de garantia de que, futuramente, os nossos netos vão estar vivos, porque a nossa sobrevivência vem da cata da mangaba e da pesca. E essas práticas estão sendo ameaçadas e estão ficando escassas.

Hoje, lutamos e gritamos aqui, diante das autoridades, porque são os senhores que podem fazer alguma coisa agora. Eu acredito que o que poderíamos fazer nós já fizemos, que foi demarcar, fazer abaixo-assinado.

Eu participo da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Brasília. E toda vez que estou viajando bato nessa mesma tecla com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, com o Ministério do Meio Ambiente — MMA. O que eles nos dizem é que realmente está faltando pressão política. Eu não esqueço nunca esta frase que ouvi de um representante do ICMBio, Leonardo: *“Está faltando pressão política.”*

Hoje, quando eu vejo esta iniciativa, fico realmente emocionada, fico muito feliz, porque agora se está iniciando essa pressão política. A pressão da sociedade civil já vem de muito tempo. Espero que nós, em decorrência deste ato, consigamos alcançar o nosso objetivo de criação da reserva extrativista.



Nós somos 5 mil famílias de catadoras no Estado de Sergipe, em sete Municípios. E quando vemos a situação de Barra dos Coqueiros, onde cada dia mais cresce a especulação imobiliária e são derrubadas as mangabeiras, é como se estivessem arrancando parte do nosso corpo. Como disse uma companheira de Japarutuba, isso é difícil para nós que vivemos ali. A nossa vida são essas áreas. Quando vemos cair um pé daquela mangabeira, é a mesma de tirarem um de nossos órgãos. É muito triste estar ali, com fome, e ver o prato de comida ser tirado da sua frente e não ter como segurá-lo. É isso que nós estamos vivendo.

A plantação de eucalipto na área de Indiaroba está enorme. Isso atinge tanto as mangabeiras, porque são derrubadas as árvores para o plantio do eucalipto, como a população, que passa a dispor de menos água porque um único pé de eucalipto suga não sei quantos mil litros de água por dia. Aí vemos que não é brincadeira, a coisa é séria. Futuramente, nós vamos estar como o pessoal do Estado de São Paulo com relação à água.

Nós só queremos o nosso direito à biodiversidade; continuar com a nossa prática tradicional em relação à mangaba para garantir o alimento das nossas famílias; e continuar com a nossa vida, a nossa cultura, a nossa tradição. É preciso preservar.

É por isso que estamos aqui pedindo a criação dessa reserva, que a Presidente assine o decreto de sua criação. É só isso que está faltando. As autoridades aqui presentes têm acesso à Presidente, podem falar com ela. Nós tentamos, mas não é a mesma coisa. Esperamos que os senhores possam fazer isso. Se ela assinar o decreto de criação dessa reserva, não estará assinando um simples papel, estará garantindo a continuidade da vida de muitas populações.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Registramos a presença no seminário do Sr. Carlos Mateus, representando o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Olivier Chagas; da Sra. Gracinha, Prefeita de Itaporanga; da Sra. Sônia Maria Malaquias dos Santos, representando o Movimento de Mulheres Camponesas de Sergipe; e da Sra. Jeane Tavares Ferreira, representando a Comunidade Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros. (*Palmas.*)



Vamos passar a palavra agora à Dra. Livia Tinoco, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe. *(Pausa.)* Antes falará o Sr. João Batista Bispo, da Direção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. *(Palmas.)*

O SR. JOÃO BATISTA BISPO - Bom dia a todos e a todas. Quero, antes de tudo, saudar o Deputado João Daniel, a Deputada Estadual Ana Lúcia, enfim, saudar toda a Mesa.

Quero dizer, companheiros, que eu cheguei, em determinado momento, a não acreditar mais que iria acontecer a criação da reserva extrativista. Mas hoje, por esta iniciativa do Deputado João Daniel e da Deputada Ana Lúcia, eu acredito que nós vamos ter dias melhores.

Como disseram a companheira Alícia e o companheiro Zé Moraes, é difícil a vida do pescador, da pescadora, da catadora de mangaba. Antes o pescador tinha acesso, podia ir e vir. Hoje não tem mais. O pescador sai de sua casa, às vezes, sem tomar um cafezinho, e vai para a maré lutar para buscar o seu peixinho, ou o tirador de caranguejo vai pegar o seu caranguejo. Antes ele podia chegar a qualquer porto daqueles, acender o fogo e comer um peixinho assado. Hoje ele não pode mais, porque os gananciosos, aqueles que se acham donos do mundo, cercaram e fecharam todos os portos e ele não tem nem onde parar ou encostar o seu barco mais. É para o pescador ficar dentro do barco, dentro da maré, sem poder encostar o barco. Quando ele encosta, é recebido a tiros. Os capatazes andam com cachorros para não deixar ninguém encostar. Isso torna difícil a vida do pescador e da catadora de mangaba, que não é diferente. Não pensem que a vida dos pescadores é diferente da vida das catadoras de mangaba, porque elas são impedidas também de catar suas mangabas em muitos locais.

Hoje nós acreditamos porque, apesar dos pesares, nós temos pessoas como João Daniel e Ana Lúcia, Parlamentares que têm compromisso com o povo e que, com certeza, continuarão lutando para que seja aprovada a reserva extrativista.

O que é que falta? Só a coragem da nossa Presidente. Mas eu tenho certeza de que, com essa pressão, ela vai assinar o decreto.

Minhas palavras são essas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. APRESENTADOR - Antes de dar a palavra à Dra. Livia, quero saudar os dois assessores da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável presentes, Marcelo Gomes e Eliane de Oliveira, a quem agradeço pela presença. Eles aqui estão representando a assessoria e a equipe.

Também quero saudar o Fabio Garcia, que veio por acidente, mas acompanha este debate. Muito obrigado, Fábio.

Saúdo o Gismário Ferreira, Diretor Técnico da EMDAGRO, e, em sua pessoa, todos os técnicos da empresa; Flamarion Déda, nosso grande companheiro; e Gileno Damascena, Dirigente Nacional do MST. Obrigado.

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra a Dra. Livia Tinoco.

A SRA. LÍVIA NASCIMENTO TINOCO - Bom dia a todos e a todas. É com muito prazer que hoje estou sentada a esta mesa comemorando imensamente a oportunidade de retomar o debate sobre a criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe.

Quero agradecer ao Deputado João Daniel por esta iniciativa mais que louvável de retomar esse diálogo e por ter conseguido trazer para Sergipe as autoridades do Ministério do Meio Ambiente, as autoridades do Ministério de Minas e Energia e a própria Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, que está aqui com mais um Deputado, representante do Estado do Pará, a quem eu também saúdo.

Quero saudar todas as autoridades federais, sejam as que vieram de Brasília, sejam as que representam a União no Estado de Sergipe, na pessoa do Deputado João Daniel.

Quero saudar todas as autoridades estaduais na pessoa da Deputada Ana Lúcia, grande guerreira e parceira de todas as horas, em todas as dificuldades no Ministério Público Federal. Nós temos um excelente relacionamento com a Deputada Ana Lúcia. A sua proximidade com os movimentos sociais de Sergipe, em muitos momentos, facilita a chegada de informações ao Ministério Público Federal e mesmo a junção de esforços para permanecer lutando pela realização dos direitos das mais diversas áreas: comunidades quilombolas, indígenas, catadoras de mariscos, infância, adolescência.



Então são muitas as áreas nas quais a Deputada Ana Lúcia labuta aqui no Estado de Sergipe, as quais têm muita relação com as atividades do próprio Ministério Público Federal, sagrando-se daí uma grande parceria, que tem frutificado. Então eu quero, homenageando a Deputada por essa luta, saudar todas as autoridades estaduais presentes neste recinto.

Quero render homenagens às populações tradicionais, essas populações lutadoras, sofredoras. Nós tivemos aqui três depoimentos que demonstram muito bem o sentimento de desamparo que essas comunidades vivenciam no seu dia a dia. Para render homenagem às senhoras e aos senhores presentes, eu os saúdo na pessoa do José Moraes, Presidente da Colônia de Pescadores Z4, e da Alicia, uma das lideranças do Movimento das Catadoras de Mangaba. O Zé Moraes foi a primeira liderança que procurou o Ministério Público Federal, no ano de 2010, para relatar a grande agonia que eles estavam sofrendo por ver paralisado o processo de criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe.

Como já foi dito pela Deputada Ana Lúcia, como já foi dito aqui por essas lideranças sociais que estiveram no púlpito, a luta deles começou no ano de 2003. Já são 12 anos de luta. No ano de 2005, foi instaurado, em Brasília, o processo para desenvolver os estudos de criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe. De 2005 para cá são 10 anos de tramitação de um processo para a criação da reserva.

Nós vemos que todos os dias a nossa Constituição Federal é rasgada, os direitos da população são desrespeitados. Está lá escrito que todas as pessoas têm direito à duração razoável dos processos judiciais e dos processos administrativos. Esse processo administrativo está durando muito mais do que muitos processos judiciais. Nós adoramos “meter o pau” no Judiciário para dizer que ele é paquidérmico. E é mesmo. Nós temos muitos problemas de processos infundáveis tramitando na Justiça do Brasil.

Mas nós vemos que não é só ela que é um paquiderme. A administração pública também sabe ser um paquiderme, com difícil mobilidade. Nós estamos vendo um processo administrativo para desenvolver estudos técnicos — nós temos corpo especializado em Brasília para isso —, e esse processo se arrasta há 10 anos sem definição.



Então eu quero saudar esse povo também pela sua perseverança. Eu me impressiono quando eles chegam lá com esperança, confiança, tenacidade e permanecem, depois de 10 anos, 12 anos, ainda lutando para ver se aquele sonho se realiza. Realmente é admirável, é louvável. Eu peço uma salva de palmas para essas lideranças. *(Palmas.)*

Como já foi dito, em 2005 foi instaurado esse processo para a criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. E lá pelos anos de 2009, já depois de 4 anos de tramitação, tudo estava paralisado. Em 2010, José Moraes procurou o Ministério Público Federal e deu essa notícia de todos os esforços que essas comunidades vinham fazendo desde 2003 e que estava tudo parado.

O Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil público. Ele está aqui. Eu o trouxe porque se alguém quiser consultar para obter alguma informação nós estamos aqui com o registro. Ele foi tombado com o ano de 2010, logo depois da primeira reunião que nós tivemos com José Moraes.

Coincidiram os esforços do Deputado Iran e da Deputada Ana Lúcia, que também procuraram o Ministério do Meio Ambiente. Acho que essa junção de esforços resultou na retomada dos estudos pelo ICMBio. E o ICMBio, então, já no ano de 2011, retomou uma série de estudos de campo, vieram as equipes de Brasília, passaram muito tempo aqui dialogando com as comunidades, conhecendo as áreas, fazendo levantamentos locais, bibliográficos, enfim, dos mais diversos tipos.

No encerramento desse processo, em 2011, ocorreu uma audiência pública, na verdade, uma consulta pública que é exigida pela legislação para a criação das Unidades de Proteção Ambiental. Após essa consulta, em dezembro de 2012, o ICMBio finalizou toda a sua tarefa.

O ICMBio exarou um parecer final dizendo, por meio da sua Procuradoria Especializada, que era caso, sim, de criação da reserva extrativista com os contornos que foram dados, e esses contornos geográficos foram alvo de muitos debates, de muita luta. O Ministério não concordava com uma parte, a Secretaria do Meio Ambiente daqui e o Governo não concordavam com outra, mas se conseguiu chegar a um consenso, houve um diálogo.



E hoje nós temos uma situação no Estado de Sergipe amplamente favorável à criação da reserva, porque, além do desejo dessas populações envolvidas, que estão atingidas e já foram consultadas, nós temos um momento de confluência da aceitação das Prefeituras dos Municípios que serão atingidos com a criação da RESEX.

Na época da consulta, o Prefeito de Estância não concordava, mas hoje o Prefeito de Estância, o único Município que não concordava com a criação da RESEX, concorda — o Prefeito Carlos Magno tem entendimento diverso do entendimento do seu antecessor.

Então nós temos todas as Prefeituras que serão atingidas concordando, a Secretaria do Meio Ambiente já manifestou a sua concordância. Ainda na época em que o Genival era o Secretário de Meio Ambiente, houve um documento encaminhado ao ICMBio concordando com a criação naqueles novos moldes. Nós temos a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, que, inclusive, já se manifestou, fez uma moção de apelo ao Ministério do Meio Ambiente para que o Ministério aprovasse a criação da reserva.

Enfim, num clima local amplamente favorável à criação, nós não conseguimos entender o que está faltando no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério de Minas e Energia para que venha a aprovação e a criação da RESEX.

No Ministério de Minas e Energia, o processo está há 3 anos, porque foi em dezembro de 2012 que o ICMBio encaminhou para lá esse processo. E nós até agora não sabemos se vai ou não vai ser criada a RESEX, se estão ou não estão querendo criar a RESEX.

Não sei se o que falta é diálogo, transparência, não sei exatamente o que falta, não conseguimos entender quais são os motivos, não nos chegam informações a respeito das razões que hoje impedem a criação da RESEX.

Eu continuo oficiando ao Ministério do Meio Ambiente. Já officiei ao Ministério de Minas e Energia. A informação que eu tinha do Ministério do Meio Ambiente era de que a questão estava no Ministério de Minas e Energia, o qual manifestou interesse na área. Que interesse é esse? O que o Ministério de Minas e Energia quer fazer naquela área? E em que área? É na área toda? É em um pedaço da área? Ou seja, se o Ministério de Minas e Energia vier e nos apontar que tem



interesse em tal ponto, talvez nos dê condições de dialogar e dizer: *“Vão explorar isso aí que vocês estão querendo e que a gente não sabe exatamente o que é em outro lugar.”* Ou então: *“Não, dá para a gente diminuir um pouquinho mais aqui, cortar, deixar esse pedacinho para vocês e a gente ficar com o resto.”* Ou seja, tem espaço para o diálogo, mas o diálogo não começa se não temos a informação. Então falta também transparência.

Aqui em Sergipe não chegam informações das razões pelas quais o Ministério de Minas e Energia hoje segura a criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe. Por isso agradeço a V.Exa., Deputado, porque realmente é incrível que V.Exa. tenha conseguido trazer o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia para aqui, olho no olho, falarmos sobre essas coisas e dizermos que estamos esperando respostas, que precisamos de informações claras, que nós temos que saber em que caminhos nós estamos andando, em que chão estamos pisando, quais as contingências do reconhecimento desse direito para essas comunidades de extrativistas que residem nessa região onde, possivelmente, será criada a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe.

A mangabeira foi declarada por uma lei símbolo do Estado de Sergipe, e elas estão acabando. A EMBRAPA realizou — e quero saudar aqui a chefia da EMBRAPA, que está presente — há alguns anos um estudo fantástico que mapeou a ocorrência das mangabeiras no Estado de Sergipe. Mas já se passaram alguns anos e, nas reuniões que nós tivemos com a EMBRAPA, nós solicitamos à empresa que retomasse a revisão desse trabalho que foi feito. Eu não sei se estou com a publicação de vocês aqui. Nós pedimos à EMBRAPA que revisasse esse trabalho para que soubéssemos claramente se diminuíram ou se aumentaram as reservas de mangabeiras no Estado de Sergipe, qual é o panorama do ano de 2009 para cá, qual é o panorama atual das mangabeiras. Nós temos uma árvore que é declarada símbolo do Estado e ela está em risco de extinção pelo crescimento das fronteiras agrícolas de vários empreendimentos que avançam sobre as áreas de mangaba.

É urgente também que nós tenhamos uma legislação no Estado ou uma legislação federal que proíba o corte das mangabeiras. Isso já foi tentado aqui. Na Assembleia Legislativa deste Estado já houve a tramitação de dois projetos de lei para proibir o corte das mangabeiras. Seria uma forma de preservar esses



remanescentes enquanto não destroem tudo e enquanto não se cria a RESEX. Enquanto não se cria a RESEX, as mangabeiras estão à deriva, com o risco de — quando criarem a RESEX, se a gente levar mais 10 anos nesse processo — não haver mais mangabeira. Vamos preservar o quê, se a exploração cresce de forma desordenada e nós não temos um instrumento de proteção?

Então é preciso — e eu clamo por isso neste Plenário — que esta Casa se debruce sobre isso e estude mais uma vez o assunto porque em duas oportunidades esta Casa já rejeitou a edição de uma lei que proíba o corte das mangabeiras. Mas essa lei é fundamental, por todos esses motivos que eu estou aqui narrando.

Quero dizer, no entanto, depois de falar um pouco sobre as catadoras de mangaba e dessa luta tão bonita de um grupo feminino, um grupo de liderança de mulheres que estão à frente da cata da mangaba... Elas têm um movimento lindo, têm uma página no Facebook. Já foi feito filme para elas, programa no *Globo Rural*, programa no *Globo Repórter*. Essas catadoras de mangaba são tão guerreiras e tão danadas que foram parar na comissão nacional de populações tradicionais, em Brasília. Elas têm assento naquela comissão, pela luta encantadora que elas desenvolvem aos trancos e barrancos no Estado de Sergipe.

Porém, essa região não é uma região que precisa, com a criação de uma RESEX, favorecer apenas as catadoras de mangaba, porque nós temos ali, além delas, grupos, comunidades quilombolas. Nós temos ali, no Município de Santa Luzia do Itanhy, um grande grupo quilombola que já teve inclusive reconhecimento das suas áreas — ainda não teve as terras. Mas já teve as suas áreas pelo trabalho do INCRA de Sergipe reconhecidas. Nós temos comunidades quilombolas, nós temos os catadores de mariscos, dos quais muitas são as próprias catadoras de mangaba. Como foi dito aqui, as catadoras são também pescadoras. Para sobreviver, elas fazem de tudo um pouco. Elas têm mil e uma utilidades, são como o bombril. Além disso, há os pescadores e as inúmeras comunidades de trabalhadores rurais.

Portanto, estamos falando de milhares de famílias, de cidadãos que esperam por uma resposta que não chega há 10 anos e que precisam ter um destino, precisam ter um encaminhamento para saber de que forma eles poderão continuar



exercendo as atividades tradicionais e as suas práticas culturais dentro daquele território.

Pode-se ver que esse projeto é abrangente. Nós tratamos aqui fortemente da luta das catadoras de mangaba, mas elas não existem sozinhas naquele território. Elas coexistem com um sem-número de comunidades tradicionais, ribeirinhas, que precisam de uma resposta do Estado brasileiro para sobreviver e se desenvolver adequadamente naquela região.

Eu não poderia deixar de dizer que essa região é, principalmente a área que está sendo proposta como área para a reserva extrativista, uma área de grande incidência de terras da União. A SPU, cujo Superintendente está sentado ali atrás e é também um grande parceiro e mantém conosco um diálogo muito bom nessa luta, hoje não consegue desenvolver o trabalho que deveria ser feito porque aqui em Sergipe a SPU tem um único técnico para realizar o trabalho de demarcação da LPM, que seria aquele trabalho em que se define quais são as terras da União. Esse trabalho depende, obviamente, de recursos de Brasília. Jamais, em toda a história da SPU, no Estado de Sergipe, a SPU recebeu um centavo para realizar esse trabalho.

Então nós estamos hoje em uma situação de mendicância em relação ao reconhecimento das áreas da União. A União não conhece o seu território. Ela sabe que tem muitas áreas lá, pela experiência dela, porque são muitas áreas de mangue, são muitas áreas com influência de maré, porque temos o Rio Real, temos o Rio Piauí, porém, essas áreas não são conhecidas em sua totalidade, em sua extensão.

O Governo Federal precisa com urgência voltar os olhos para isso para, quando da criação da RESEX, não termos um grande trabalho de indenização de terras para pessoas que podem estar ali como posseiros ou como particulares, mas que, na verdade, estão em áreas que são da União e que, portanto, não precisaremos indenizar, lembrando ainda que existe uma legislação que diz que nas áreas da União assim reconhecidas há de ser dada prioridade à permanência de populações tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos.



Essas comunidades têm preferência para a ocupação das áreas da União em relação a qualquer outro particular. Isso é o que diz a lei. Porém, como é que se vai cumprir esse direito se não sabemos qual a extensão dessas áreas da União?

Precisamos ter recursos material e humano para que a SPU desempenhe o seu trabalho, porque ela existe exatamente para dizer qual é o patrimônio da União e para cuidar desse patrimônio. Mas hoje em dia a Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe está realmente de mãos atadas, não tem condição sequer humana ou técnica de realizar esse trabalho, porque possui apenas um técnico e não dispõe de recursos financeiros.

O Superintendente do INCRA não está presente, mas não poderíamos deixar de mencionar o trabalho incrível que o INCRA tem realizado em parceria com o Ministério Público e com as populações tradicionais naquela região.

O INCRA está próximo dos pescadores, das comunidades quilombolas e das catadoras de mangaba. Nas reuniões que realizamos no MPF ele está sempre presente e buscando soluções, elaborando projetos de desenvolvimento sustentável, buscando soluções para essas comunidades.

Como o Superintendente do INCRA não está aqui, eu quero homenagear o INCRA na pessoa de um servidor aposentado, o nosso amigo Fontenele. *(Palmas.)*

O Fontenele saiu do INCRA há 1 ano e meio, mais ou menos, mas eu quero homenagear o INCRA na figura desse seu servidor aposentado, porque Fontenele está desde 2003, ou antes disso, nessa luta acompanhando cada passo e cada caminhada, cada percalço havido nessa trajetória. E eu fico muito satisfeita e tranquila em saber que Fontenele hoje está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - E continua. Ainda não colocou o pijama.

A SRA. LÍVIA NASCIMENTO TINOCO - É disso que estou falando. Eu estou muito tranquila e satisfeita em saber que o Fontenele hoje está na assessoria do Deputado João Daniel, porque é uma chance que nós temos de que ele permaneça nessa luta. Ele está sentado aqui na primeira fila.

Na época em que Fontenele estava no INCRA, e eu muito agoniada com essa situação, o pessoal dizendo que os portos estavam fechados, os pescadores, como ele narrou aqui, tendo de pescar no rio sem poder encostar a canoa no barranco ou



no porto, porque jagunços armados e com cães não o permitem... Houve inclusive homicídios na região. Houve um caso escabroso de homicídio de um filho de pescador decorrente dessa intolerância com o trajeto dos pescadores nessas áreas de manguezais, que são áreas da União, mas que particulares tomam como suas, cercam e não possibilitam aos pescadores e catadores realizarem ali as suas atividades extrativistas.

O Ministério Público Federal procurou o INCRA e eu disse: *“Fontenele, eu estou muito preocupada porque a gente tem toda essa situação e eu não tenho uma dimensão da quantidade de portos que estão fechados e de portos que estão abertos. Tem como você nos ajudar?”*

E esse homem, numa canoa, enfrentando cães e jagunços armados, fez esse trabalho e entregou ao Ministério Público Federal um levantamento dando conta de que dos 25 portos que existiam naquela região, no Rio Real e no Rio Piauí, só quatro estão abertos. É um número impressionante! Em apenas quatro deles é permitido o trânsito das comunidades tradicionais. Os demais estão fechados dentro de propriedades privadas. E esses trabalhadores têm de esperar pela boa vontade, pela condescendência, pelo beneplácito dos proprietários de terra, como se isso fosse necessário para que esses catadores desenvolvessem suas atividades.

É um quadro muito triste. Eu venho hoje aqui falar tudo isso para pedir respeito a essas comunidades, a essas famílias, pedir transparência, pedir a abertura do diálogo, pedir respostas rápidas, pedir o cumprimento, afinal, da Constituição Federal.

É isso. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Nós é que agradecemos à Dra. Lívia. Muito boa a sua fala.

Eu quero dizer que nós tivemos total apoio para a realização desta audiência. O Presidente da Comissão queria estar presente; mas não pôde. O Deputado Átila Lira está aqui representado pelo Deputado Edmilson Rodrigues. Mas ele mandou dizer a todos de seu total apoio a esta audiência pública.

Ele é piauiense, é um Deputado do Piauí. Inclusive apoiou, junto com o Deputado Edmilson Rodrigues e os demais, o Projeto de Lei nº 1.066/2015, que foi aprovado na Comissão do Meio Ambiente e ainda está tramitando, sobre a questão



da mangaba como patrimônio nacional. Estamos agora aguardando a tramitação desse projeto, que, em razão de requerimento, foi para a Comissão de Agricultura. Mas é um debate importante. Que também saia apoio, depois deste seminário, a esse projeto.

Quero registrar a presença de Gismário Ferreira Nobre, Diretor Técnico da EMDAGRO; César, Secretário de Agricultura, representando todos os Secretários de Agricultura dos Municípios da região sul; Carlinhos, que defende essa luta da mangaba, Vereador de Japaratuba; Dalva, engenheira florestal, aqui representando a Secretaria da Agricultura — parabéns, guerreira, lutadora! —; e Luciano Correia, o nosso Diretor da *TV ALESE*, que se colocou à disposição deste seminário, que está sendo transmitido ao vivo.

O SR. APRESENTADOR - Apenas para efeito de registro e conhecimento dos presentes, tanto a moção de apelo ao Ministério do Meio Ambiente como o projeto de lei que proibia o corte, a derrubada das mangabeiras foram de autoria do então Deputado Estadual João Daniel.

O próximo orador é o Sr. Paulo Emmanuel Alves, Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Antes de o Sr. Paulo Emmanuel falar, eu quero registrar que o Deputado Gilson está na Casa. Ele foi para uma audiência, mas pediu que fosse registrado que ele voltará para este seminário. Dr. Moacir, eu gostaria de agradecer-lhe. Ele registrou no início que teria que sair num horário, mas sua equipe está aqui.

Dr. Manoel Moacir, muito obrigado pela presença. O Dr. Manoel Moacir é o Chefe da Tabuleiros Costeiros. Um grande abraço!

Quer usar o microfone? Basta levantar o microfone, Dr. Moacir.

O som, por favor.

O SR. MANOEL MOACIR MACEDO - Eu quero agradecer o convite e dizer que estão aqui presentes duas pessoas da nossa assessoria, devidamente habilitadas; e dizer à nossa Procuradora da República, à nossa Deputada e aos presentes que a EMBRAPA se antecipa a isso. A EMBRAPA, hoje, está com uma equipe de cinco pesquisadores fazendo esse novo acompanhamento que a senhora, Procuradora, no cumprir do seu ofício, nos requisitou.



Sabemos também que a Deputada Ana Lúcia tem acompanhado isso, assim como o Deputado João Daniel. E esses pesquisadores só não estão aqui porque estão nessa luta. Está aqui a nossa Presidente, que poderia dar esse testemunho. Nós estivemos reunidos na EMBRAPA, e o fundamento básico é exatamente este: nós precisamos, como a senhora bem disse, saber onde é que estão essas catadoras. É um trabalho complexo. Nós tivemos que deslocar, Deputada Ana Lúcia, a nossa conhecida Dalva Mota, criadora desse projeto, que está aqui conosco, veio do Pará; e outro pesquisador nosso, da EMBRAPA Solos de Recife, exatamente porque tem competência para dar sustentação teórica e científica a esse trabalho. Os senhores sabem que nós precisamos desses requisitos.

A EMBRAPA jamais se furtará, Deputado João Daniel, Deputado Edmilson Rodrigues — eu conheço a sua história, nós temos tantos amigos em comum no Estado do Pará — a estar presente, sempre atendendo naquilo que estiver dentro das suas competências. E, como devemos ser cientistas ligados aos problemas sociais, nós nos antecipamos a isso. Esperamos, muito em breve, Deputado, estar com as respostas para ajudar o senhor nessa grande batalha, nessa grande frente.

O Dr. Saulo e o Dr. Roger ficarão aqui com os senhores, pois eu tenho outro compromisso. Infelizmente, a liturgia dessas funções exige muito de nós. Eu acho que é muito mais saudoso estar aqui na Casa do Povo. Tenho uma história de luta junto à agricultura familiar e vejo aqui muitos dos seus presentes. Eu ajudei a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, Deputado Edmilson Rodrigues, fui um dos seus teóricos; e também ajudei a criar o Assentamento Quissamã, do MST quando estava na direção da EMBRAPA. Então, eu me sinto muito à vontade e muito bem neste debate e também na EMBRAPA de Tabuleiros Costeiros, dando a minha contribuição, no que puder, dentro da nossa realidade e da nossa competência.

Muito obrigado e boa reunião. (*Palmas.*)

Deputado Edmilson Rodrigues, leve nossos parabéns aos nossos amigos paraenses!

O SR. PAULO EMANUEL ALVES - Inicialmente, eu queria dar bom dia a todos e a todas; cumprimentar todos os integrantes da Mesa, na pessoa dos



Deputados Federais João Daniel e Edmilson Rodrigues e da Deputada Estadual Ana Lúcia; e saudar todos os representantes de órgãos presentes.

Não vou me alongar muito, mas quero ressaltar que o nosso Superintendente do INCRA, André Bonfim, infelizmente, não pôde comparecer a esta audiência. Ele queria muito estar aqui, mas está num evento em Salvador e me pediu que o representasse. Algumas coisas que vou falar aqui são palavras do nosso Superintendente. Ele me pediu que deixasse isso claro e me incumbiu desta missão.

Quero parabenizar o nosso Deputado Federal João Daniel, porque, de fato, essa é uma missão árdua. Mas, como em toda missão árdua, o fim é recompensador. Eu costumo dizer que quanto maior o sacrifício, maior a recompensa.

Essa luta foi gerada no seio das comunidades tradicionais, que passam por dificuldades na região. Ela é endossada pelo nosso Deputado Federal e por outras autoridades aqui presentes — quando eu me refiro a ele, eu quero ressaltar que essa luta já vem antes mesmo de ele ser Deputado Federal e ele vem provocando essas discussões repetidamente. Por isso, quero parabenizá-lo.

Eu quero ressaltar também que é importante, neste momento, a presença de todos os órgãos, de todas essas figuras políticas e de todas essas pessoas que representam a comunidade. Por que digo isso? Porque essa é uma luta, de fato, do povo. Eu costumo dizer que não dá para nós, que não estamos lá no dia a dia, imaginarmos como é a situação. O público alvo do INCRA são todas as comunidades, sejam militantes do MST, sejam pescadores, sejam catadoras de mangaba. Eu tenho muito contato com o pessoal do MST e falo muito assim para eles: *“Só sabe o que é ficar debaixo de uma lona quem está lá. Aquele que vê de longe não sabe o que é aquilo ali. O dia a dia é muito difícil, é muito sofrido.”* Automaticamente, de forma similar, também a vida dessas comunidades tradicionais. E, obviamente, o INCRA, ao longo desses anos, como disse muito bem a Dra. Lívia Nascimento da gestão do Fontenele, vem tomando essa luta como a luta do órgão.

Passamos pela gestão de Leonardo Góes, que hoje é o Vice-Presidente do INCRA e, atualmente, o nosso Superintendente André Bonfim toma isso como uma prioridade.



Realmente o INCRA encara de forma prioritária o atendimento a essas comunidades — estou falando aqui olhando para o José Moraes e para a Alícia Santana, que falaram demonstrando muito bem o que é o cotidiano deles lá, o sofrimento, a luta.

Para nós, do INCRA, isso é muito importante. Particularmente, eu até me emociono. Vejo o José Moraes aqui quase não tendo como expressar aquele sentimento do início até agora. Nós sabemos que ainda falta o decreto, mas já estivemos mais distante.

A Alícia disse que falta pressão política. Mas eu acho que esta união, este encontro de hoje, esta discussão, este seminário é a comprovação clara de que nós temos políticos determinados e dedicados.

O Deputado Federal João Daniel vem encabeçando essa luta há certo tempo — é importante ressaltar e deixar muito claro isso —, automaticamente, com o apoio dos órgãos federais.

É importantíssima também a participação do Ministério Público Federal porque é determinante e fundamental na forma de provocar ainda mais a celeridade do processo.

Nós sabemos que não só o Poder Judiciário, a administração pública como um todo é burocrática. Às vezes de forma saudável, às vezes não, mas é burocrática, é um fato, e nós temos que conviver com isso. Para tanto, nós precisamos desses parceiros para provocar e caminharmos de forma mais célere ou menos lenta.

Quem está lá no campo, nas beiras, nas suas produções, nas suas comunidades sabe que 1 ano ali no dia a dia é muito sofrido.

Então, eu quero ressaltar que nessa parceria com o Ministério Público Federal — o nosso Superintendente André Bonfim me incumbiu também dessa tarefa — nós temos já efetuado levantamentos nas áreas pertencentes aos Municípios.

Quando a Reserva Extrativista Do Litoral Sul de Sergipe for, de fato, decretada — antecipando-nos a esse decreto que, com fé em Deus, irá sair —, nós já estamos fazendo levantamentos em imóveis nesses Municípios.



Inclusive, hoje nós temos um agrônomo, um técnico nosso, um perito que está retornando de um trabalho, um levantamento que está sendo feito no Município de Indiaroba.

Nós conseguimos caminhar neste ano de 2015, apesar de todos os cortes, da crise política, financeira e econômica por que estamos passando.

Conseguimos criar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o PDS, a que a Dra. Lívia se referiu, em Itaporanga d'Ajuda, o PDS Antônio Araújo. Nós trouxemos um engenheiro florestal para tentar viabilizar também, no Município de Estância, a Fazenda Porto da Mangaba. Estive lá e vi como as famílias que lá estão precisam desse trabalho. Eles têm tentado agilizar o máximo possível. Há pouco, ali fora, encontrei um rapaz de lá que veio me cobrar.

Quero, portanto, sem me alongar, ressaltar mais uma vez que o público alvo do INCRA normalmente as pessoas associam muito ao Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra, mas eu costumo dizer, de forma mais abrangente, estendendo um pouco mais, que todas as comunidades carentes, todo esse público — quilombolas, Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra, sejam acampados, sejam assentados, pescadores, catadoras de mangaba, todas as comunidades tradicionais, todas as famílias carentes — passa, de fato, pela ação do INCRA, que tem responsabilidade com essas famílias. Eu acredito e gosto de ver desta forma: o INCRA tem responsabilidade com essas famílias.

Então, eu quero ressaltar aqui a ação proativa da Superintendência na nossa gestão no INCRA. André Bonfim toma isso, de fato, como algo primordial na sua gestão e, como eu costumo dizer, o que eu acho que é de suma importância — até para encerrar — a luta é extensa, nós temos, atualmente, 9.400 acampados.

O INCRA — a Superintendência de Sergipe — também atua em 16 Municípios na Bahia. São muitos os acampados. Nós conseguimos criar alguns assentamentos este ano. Conseguimos também atender no PDS Antônio Araújo algumas comunidades tradicionais. Decerto conseguiremos atender outras tantas. Com certeza, com o decreto de criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe vamos conseguir, em parceria com todos os órgãos, atender ainda mais.

A luta é, como eu disse, árdua. Nós temos 9.400 acampados. E eu costumo repetir, parafraseando não sei quem, que enquanto houver embaixo de uma lona —



e aí eu acrescento — uma família de alguma comunidade tradicional, sem atendimento ou sem condição de vida digna, o trabalho do INCRA nunca terá fim, nós nunca estaremos satisfeitos, independentemente da quantidade de famílias que estejamos atendendo ou que já tenhamos atendido.

Então, quero agradecer e colocar a Superintendência do INCRA em Sergipe à disposição de todos vocês. Vi aqui muitos rostos conhecidos. Parablenzo a todos, ressaltando mais uma vez a importância deste momento e colocando-nos à disposição para o que vocês precisarem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Muito obrigado, Paulo.

Quero registrar a presença de Luiz Soares, Assessor da Secretaria de Relações de Políticas Sociais da Presidência da República; de Alex de Oliveira, representando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — IBAMA; de Cláudio Caducha, nosso grande Vice-Prefeito de Barra dos Coqueiros, defensor desta causa; de José Bonfim de Oliveira Santos, representante da CONAB em Sergipe; da Profa. Sônia Meire, da Universidade Federal de Sergipe, também lutadora da área; de Ramires Dias, representante da Secretaria da Agricultura de Estância; de Natércia Ferreira, representante das associações. Agradeço a todos pela presença.

Vamos para o próximo orador. Depois nós vamos registrar a presença dos demais. Quem não teve o nome citado, por favor, coloque o nome aqui para o Mário ou para Fontenele para que possamos fazer o registro da presença.

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o Sr. Aldízio Lima de Oliveira Filho, Coordenador de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio.

O SR. ALDÍZIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado João Daniel, e toda a Plenária. Estou aqui em nome do Presidente do Instituto Chico Mendes, Dr. Cláudio Maretti, que não pôde vir porque tinha um compromisso anteriormente agendado.

A nossa presença é justamente para falar em que pé está esse processo de criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe. Vamos procurar fazer um pequeno histórico e como estamos trabalhando nele agora, já que ele está no ICMBio atualmente.

(Segue-se exibição de imagens.)



Para esclarecer um pouco a todos, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem a finalidade de executar a política nacional de unidades de conservação no âmbito federal, as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União.

O que são as unidades de conservação? Como o próprio SNUC define, são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais com características naturais relevantes legalmente instituídas pelo poder público — não só o poder público federal, mas também os estaduais e municipais podem instituir unidades de conservação com objetivo de conservação, com limites definidos, sob regime especial de administração, aplicáveis as garantias adequadas de proteção, como definido na Lei do SNUC.

Esse processo de criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe foi formalizado no âmbito do IBAMA, em 2005, e abrange os Municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, que se localizam nos estuários do Rio Real, Rio Piauí e Rio Fundo. Ele envolve, prioritariamente, os ambientes dos espelhos d'água desses rios, os manguezais, as restingas, os campos alagados, os pequenos fragmentos de floresta da Mata Atlântica e os pequenos encraves de Cerrado.

Sobre o histórico desse processo no âmbito federal, o processo foi aberto em 2005 por pedido da Colônia de Pescadores de Estância e da ONG Água é Vida. Foram realizadas várias vistorias, primeiro pelo IBAMA, até 2007. Posteriormente, com a sua criação, o ICMBio passou a assumir os processos de criação e alguns parceiros.

Foram realizados os estudos socioambientais no ano de 2007 e, no ano de 2011, os estudos fundiários exigidos pela legislação para a criação das unidades de conservação. No ano de 2011, foram realizadas as consultas públicas. Como já foi mencionado aqui, no ano de 2012, o ICMBio encaminhou esse processo ao MMA.

Aqui nós temos um mapa do que foi encaminhado. Trata-se de um desenho bastante recortado, em que se procurou retirar todas as áreas em que havia alguma ocupação urbana, que não era condizente com a proposta. Inicialmente, a proposta tinha áreas marinhas, que depois foram retiradas nas negociações realizadas.



Acabamos com um desenho — aqui está um pouco distorcido por causa da tela — bastante recortado.

No início deste ano esse processo retornou ao ICMBio e à Coordenação de Criação, a partir de um conjunto de processos que estavam no MMA, para nós, na Coordenação, fazermos uma reavaliação desses processos e estabelecermos uma prioridade nos processos, em virtude de todos os processos de criação que temos no âmbito do ICMBio, atualmente quase 200 propostas. A partir desse retorno, teríamos que fazer essa reavaliação.

Concomitantemente a isso, nós tivemos uma manifestação do Ministério de Minas e Energia com o interesse concorrente em algumas áreas da reserva, basicamente um oleoduto que corta uma parte da área proposta para a RESEX e alguns blocos de exploração de petróleo que o Ministério de Minas e Energia pretende colocar em leilão, blocos de exploração de petróleo que se sobrepõem à área dessa proposta.

O que estamos fazendo atualmente? Estamos fazendo essa reavaliação da proposta. Pelo menos no âmbito da Coordenação de Criação, esse processo de discussão com o MME não foi iniciado. Esse processo de discussão com o MME teria que ser iniciado para fazermos essa reavaliação e esse redesenho da proposta, se houver necessidade.

Caso haja necessidade de um redesenho da proposta, vamos precisar de um período para fazer esse redesenho, porque se trata de um processo técnico de elaboração de memoriais descritivos. Isso vai depender dessa negociação com o Ministério de Minas e Energia, o que tem que ser feito a partir de uma avaliação da direção do ICMBio sobre a priorização das propostas que temos atualmente.

Então, temos essa situação atual por parte da Coordenação de Criação. Estamos aqui para discutir isso e levar à direção do ICMBio.

Uma coisa que também temos que avaliar no âmbito do ICMBio é, considerando o grande número de propostas que temos, como é que vamos trabalhar todas essas propostas e se todas elas terão que ser criadas em nível federal.

Nós sabemos que o estabelecimento do decreto de criação da unidade, por si só, não vai garantir que a unidade seja implementada. O ICMBio vai precisar



destinar pessoal para a implementação da unidade e vai precisar fazer a regularização fundiária, no caso das propriedades privadas, e vai precisar fazer a implementação da unidade.

Em virtude também da grande dificuldade que o ICMBio tem de pessoal e de recursos, nós estamos fazendo uma reavaliação de todas as propostas que temos.

Nós sabemos que essa é uma proposta importante e temos intenção de discuti-la o mais breve possível. Mas também temos esse grande passivo de criação de unidades de conservação em todo o Brasil. Só de processos de criação de Reserva Extrativista — RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS para as populações tradicionais temos quase 120 processos. Temos que avaliar todos esses processos para verificar se o ICMBio tem condições de criar todas as unidades propostas ou se essas propostas podem ser atendidas por outras políticas públicas.

Então, o nosso papel nesta audiência é passar a situação atual em que está esse processo. Estamos abertos para receber, discutir e levar à direção do ICMBio os encaminhamentos desta reunião, para que possamos discutir a continuidade dessa proposta.

Eu deixo aqui, finalmente, os meus contatos — *e-mail* e telefone — e agradeço a participação de todos. Espero que possamos ter encaminhamentos positivos durante esta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Quero registrar a presença do Luiz Alberto Palomares, que acompanha esse assunto desde quando eu me lembro e sempre está representando aqui a ONG Água é Vida — obrigado pela presença — ; da Josefa Nadja Aguiar, também ONG Água é Vida; o Prof. Givaldo Hipólito Dantas, um agrônomo parceiro, membro do Departamento de Agronomia da Universidade Federal, que acompanha esse e todos os temas ligados à questão agrária de Sergipe — uma salva de palmas a um grande guerreiro que tem compromisso histórico — (*palmas*); do Edézio, dirigente estadual do movimento da região de Itaporanga.



O SR. APRESENTADOR - Passo a palavra ao Sr. Carlos Mário Guedes, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES - Bom dia a todos e a todas. Para mim é uma satisfação voltar a Sergipe. Lembro que da última vez que vim para cá inauguramos o assentamento Marcelo Déda, fruto de uma luta de 18 anos da área da Fazenda Tingui. Eu lembro que nós fizemos uma atividade em Brasília com o Ministro do Desenvolvimento Agrário. O Governador era o Jackson Barreto ainda, recém assumindo as funções. E havia um recado de Déda: se havia um assunto para se resolver na reforma agrária em Sergipe era a questão da Fazenda Tingui. E nós conseguimos evoluir muito, fruto do trabalho do INCRA em Sergipe. Eu, como servidor de carreira do INCRA, orgulho-me muito da equipe daqui, na figura do Paulo, na figura do Leonardo Góes, que hoje está como Vice-Presidente do INCRA, e, em especial, na figura da Lúcia, que também é aqui da terra e hoje responde pela Presidência do INCRA.

Quero saudar os meus companheiros, as minhas companheiras, os Deputados Federais, a Deputada Estadual Ana Lúcia e o Deputado Federal João Daniel, que promove este debate. E quero fazer uma saudação muito especial ao meu companheiro Deputado Edmilson Rodrigues, que me ensinou a ser um pouco mais paraense. No período em que estive no Pará, aprendi muito com o Deputado Edmilson Rodrigues pela sua forma de luta, pela sua forma de ver a vida e de defender a causa dos trabalhadores.

Quero saudar a Procuradora Dra. Livia Tinoco. Nós temos um profundo respeito pelo trabalho do Ministério Público Federal. Nunca vemos o trabalho do Ministério Público Federal como um problema; pelo contrário, muitas vezes é a nossa ajuda para a solução dos temas. Ouvi atentamente a sua fala. Quero, inclusive, pegar alguns aspectos da sua fala para buscarmos soluções.

Saúdo todos os meus colegas do Governo Federal, o representante do Ministério de Minas e Energia, o meu colega do ICMBio, os meus colegas do IBAMA que estão aqui.

Trago uma mensagem da Ministra Izabella Teixeira, que está acompanhando a Presidenta Dilma neste momento na Conferência da ONU.



Não sei se todos sabem, mas a Ministra Izabella Teixeira já externou publicamente que a Conferência Nacional do Meio Ambiente, a ser realizada em 2016, será sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável. Nós não temos como debater desenvolvimento sustentável se não enfrentarmos situações como essas que os senhores estão trazendo aqui concretamente.

Toda a área ambiental do Governo brasileiro estará mobilizada em debater a mudança climática como elemento estratégico ou que chega pouco na vida das pessoas, relacionando a mudança climática com o desenvolvimento sustentável, que representa o dia a dia das pessoas, a melhor forma de casarmos o nosso cotidiano com a questão ambiental.

Saúdo também os representantes dos Governos Estaduais, das Prefeituras que estão aqui presentes.

Ouvi algumas afirmações de que só falta vontade política para resolver o tema. Eu tenho como hábito, inclusive de ofício, como Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, ir um pouco mais a fundo quando se fala em vontade política. Já levaram muito abacaxi para a Presidenta Dilma enfrentar. Grande parte do desgaste que ela enfrenta hoje é em função disso. Talvez estejamos aqui construindo uma solução. Todos nós que somos funcionários do Governo Federal devemos buscar uma notícia boa para ela dar ao nosso povo, a partir do debate que está sendo construído aqui, tendo como líderes o Deputado João Daniel, a Deputada Ana Lúcia e o Deputado Edmilson Rodrigues. E, fundamentalmente, as lideranças dos movimentos sociais, a nossa companheira catadora de mangaba, que compõe a nossa CNPCT, que vem acompanhando o esforço que temos feito do ponto de vista de repensar a nossa estratégia em relação ao reconhecimento dos direitos territoriais das populações extrativistas.

Nós fizemos uma reflexão, recentemente, com o CNS — Conselho Nacional das Populações Extrativistas, nascido da luta de Chico Mendes, e com a CONFREM, a representação dos pescadores artesanais, com o Carlinhos, com a Célia, que fazem esse diálogo. Nós fizemos a seguinte reflexão: nós avançamos muito nas RESEXs na Amazônia — basicamente, as características das RESEXs na Amazônia trazem dois elementos importantes, que permitiram muito a sua evolução: primeiro, grande parte delas está em terras públicas federais, fruto do processo da



década de 70 de ocupação dessas áreas pelo regime militar; segundo, é uma característica de baixa presença ainda do ser humano — o que se chama, em termos técnicos, de antropização. O Deputado Edmilson Rodrigues pode me ajudar, pois é um conhecedor dessa área. Essa característica nos permitiu evoluir em unidades de conservação de uso sustentável, demarcando grandes territórios.

Essa é uma característica da Amazônia. Quando nós vamos para os outros biomas, encontramos situações diferentes do ponto de vista da ocupação do espaço, do ponto de vista da presença de diferentes tensões. Isso tem nos desafiado. O debate que temos feito com a CONFREM e com o CNS é o seguinte: como devemos agir para fazer chegar o direito das populações tradicionais? Talvez pensando em alternativas e em outras formas de fazer esse tipo de trabalho que atinjam o objetivo de fazer com que as famílias fiquem tranquilas nos seus territórios e possam fazer a exploração sustentável dos produtos que têm disponíveis, dessa forma criando condições não só para a sua geração, mas também para as gerações futuras viverem com dignidade.

Então, não é reproduzindo o modelo que adotamos na Amazônia para as outras realidades que vamos conseguir evoluir, simplesmente apertando um botão. Nós vamos encontrar essas contradições porque elas são legítimas, seja no Ministério de Minas e Energia, seja no Ministério dos Transportes. Todos nós demandamos acender e apagar luz todo dia; todos nós demandamos ter uma estrada de viabilidade. Nós temos que enfrentar esses temas como eles são para que possamos — e aí é fruto do nosso trabalho de servidores públicos — levar uma solução adequada para que a nossa Ministra, para que o Ministro de Minas e Energia e a Presidenta possam trabalhar com essa solução.

E, em cima disso, pontos sobre os quais vínhamos trabalhando — o Paulo já destacou isso. Na época em que estávamos no INCRA, assinamos um acordo — viu, Dra. Livia? — com a 4ª Câmara do Ministério Público sobre a atuação da reforma agrária na Amazônia, exatamente no espírito de que, em áreas em que se identificasse a presença da Floresta, não mais se criassem assentamentos, como na lógica dos assentamentos convencionais, como criamos no resto do País, e que pudesse valorizar as populações tradicionais que ali existiam, porque no passado não se reconheciam essas populações como presentes nessas áreas.



Por isso a ênfase dos projetos agroextrativistas, dos projetos de desenvolvimento sustentável, que são alternativas em um dos temas de que o pessoal tratou aqui, que é a regularização fundiária dessas áreas e a devida exploração dessas áreas pelas comunidades.

Como já foi mostrado ali pelo nosso colega do ICMBio, nós enfrentamos situações de terras públicas, basicamente as áreas da Secretaria de Patrimônio da União, e também de particulares. E nós temos que ter a clareza de que ao fazer uma RESEX nós temos que tirar todos os particulares.

Eu estava perguntando para o Paulo quanto está valendo o hectare aqui na região, porque todo mundo aqui falou de problema de orçamento, e o Aldízio já deve ter relatado o quanto nós temos ainda de áreas a serem desapropriadas nas reservas extrativistas existentes. Esse é um problema real que nós temos que enfrentar.

Outra questão que eu acho muito importante... Está aí o representante da CONAB? Eu ouvi falar que havia um representante da CONAB. A CONAB está fazendo um trabalho extraordinário na questão da garantia dos produtos da sociobiodiversidade.

A mangaba é um desses produtos para o qual nós conseguimos garantir um preço mínimo, mas, muitas vezes, não conseguimos chegar às companheiras que trabalham com a mangaba, em função da sua forma de organização e de quem compra essa mangaba, que, muitas vezes, não tem interesse em formalizar essa relação.

Eu acho que esse é um desafio que também está colocado para nós, e as Prefeituras podem cumprir um papel estratégico nesse sentido, não só incorporando a mangaba, mas também os produtos da pesca na merenda escolar, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, e isso, positivamente, influenciar na renda dessas famílias.

Então, eu acho que o tema da inclusão produtiva e o tema da regularização fundiária são dois temas que nós temos que enfrentar muito fortemente.

E há um terceiro tema que eu queria trazer, que acho que nós também temos condições de solucionar, que é o tema da regularização ambiental. Sobre isso, recentemente, nós aprovamos um Código Florestal e nele fixamos a



responsabilidade de todos que vivem em imóveis rurais de fazer o Cadastro Ambiental Rural e identificar as Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Reserva Legal. Isso é um avanço em relação a tudo o que era feito no passado.

Por que eu digo isso? Porque eu fui informado antes do debate — e aqui apareceu novamente — de que uma parte das áreas que é fruto da coleta, da cata da mangaba, é de propriedade particular. Bom, então nós temos que conversar aqui com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente sobre como se fazer para o Cadastro Ambiental Rural ser um instrumento em que a Reserva Legal, em que a Área de Preservação Permanente possa ser valorizada para que essa relação entre as catadoras e quem tem a terra hoje possa ser traduzida numa relação pacífica, e não numa relação como essa que hoje foi denunciada para nós aqui, uma relação de desgaste, de tensão, que chega ao limite, inclusive, da morte.

Então, nós temos instrumentos hoje que, em paralelo, João, ao debate da criação da RESEX, nós podemos evoluir do ponto de vista da garantia do direito das comunidades tradicionais. Porque é esse debate que nós estamos fazendo com as quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão; é esse debate que nós estamos fazendo com as pantaneiras, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul; é esse debate que nós estamos fazendo com o pessoal dos fundos de pasto, seja na Bahia, seja em Minas Gerais, com os geraizeiros; é esse debate que nós estamos fazendo com os povos e comunidades tradicionais, de que o modelo que deu certo na Amazônia talvez não consiga se adaptar integralmente para outros biomas.

A partir do momento em que o Brasil está assumindo o compromisso de reflorestar e de restaurar 12 milhões de hectares até 2030, que é parte dos compromissos que nós devemos assumir em relação à questão das mudanças climáticas e redução das emissões de gases do efeito estufa, o papel que as comunidades tradicionais vão cumprir nessa estratégia nacional é o papel que as coloca na visibilidade e as coloca como protagonistas do projeto de desenvolvimento que nós queremos.

Então, nesse sentido, eu proponho que, em paralelo ao processo que estamos discutindo, da RESEX do Litoral Sul, João, possamos trabalhar em três frentes para essas comunidades, sendo a primeira delas a da regularização fundiária.



Para tanto, os nossos companheiros da SPU estão aqui conosco e já estamos dialogando com a Secretária Cassandra, da SPU, em Brasília, nessa perspectiva de olhar essas áreas das populações tradicionais que tenham incidência de áreas da União e ver como chegar com a CDRU, como chegar com os Termos de Autorização de Uso, que é uma experiência da Amazônia, feita no Marajó, com muita ênfase em cima disso. Portanto, podemos trabalhar com a presença das comunidades nessa questão da regularização.

A segunda vertente seria a do Cadastro Ambiental Rural, seja das áreas das comunidades, seja das propriedades que tenham mangaba. São áreas que devem ter o Cadastro Ambiental Rural, que devem ser reconhecidas como Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.

A terceira frente de trabalho que proponho é a de podermos avançar em instrumentos de inclusão produtiva, com destaque para a Política de Garantia de Preços Mínimos.

Todo mundo aqui conhece a experiência do PAA. Todo mundo defende o PAA como um instrumento que transformou a nossa realidade da agricultura familiar. A PGPM-Bio é o PAA dos extrativistas. Então, nós temos de fazer funcionar esse instrumento; ver o que está faltando aqui para a organização econômica das extrativistas; ver como as prefeituras podem apoiar a questão da alimentação escolar, usar aquele recurso que está previsto para alimentação escolar, a fim de apoiarmos. E aí pode acontecer o seguinte: o que hoje é uma tensão, o que hoje é um problema pode virar uma solução, porque já vamos ter o lado fundiário avançado, já vamos ter a regularização ambiental resolvida, já vamos ter a afirmação da condição de inclusão produtiva das catadoras e dos pescadores, melhorando a renda dessa população. Portanto, esperamos que a RESEX funcione como o lacinho nesse presente que podemos construir em relação às comunidades tradicionais.

Então, eu trago para esta audiência essa proposta de trabalho conjunto e um compromisso dos órgãos do Governo Federal. O Ministério do Meio Ambiente se compromete a assumir o papel de protagonista nesse trabalho.



Então, nós vamos sentar com o nosso pessoal da SPU, vamos sentar com o INCRA, vamos trabalhar com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Sergipe, para trabalharmos essa questão do CAR ali na região.

Eu acredito muito que é possível, com os instrumentos que temos, melhorar muito a vida das pessoas. Espero, ainda, que possamos, ao decidir se a RESEX vai ser criada ou não, já chegar em uma situação de termos a RESEX regularizada, as famílias vivendo com dignidade, sabendo concretamente de sua contribuição para a proteção ambiental.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Eu queria aproveitar para saudar a presença aqui da nossa grande lutadora, Gilda Diniz dos Santos, Procuradora do INCRA. Ela foi Procuradora Nacional e é da Procuradoria aqui. Todos conhecemos o compromisso dessa grande companheira.

Registro, igualmente, a presença de Zélia Andrade, Presidente da Associação de Apoio ao Idoso, do Bugio; de Elísio Marinho, Coordenador da Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas — SBF, da SEMARH; da Val e do Tibúrcio, que representam os pescadores de uma comunidade muito importante em Estância, que são as marisqueiras e os pescadores lá da região do porto.

O SR. APRESENTADOR - Convidamos, agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Teófilo Melo, representando a SPU.

O SR. TEÓFILO MELO - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer ao Deputado João Daniel pelo convite para participar de um seminário tão importante. A SPU, como disse meu colega Mário, do MMA, preocupa-se muito com o tema.

Eu estava ouvindo as palavras, os pronunciamentos do pessoal, mas, na condição de gestor das áreas da União aqui em Sergipe, sinto-me muito preocupado. Sinto-me preocupado porque vejo a angústia do Seu Zé Moraes e da Presidente da Associação das Catadoras de Mangaba. E é uma angústia de ter acesso à terra, uma terra pública, uma terra que é da União, uma terra que é de todo o povo brasileiro. E a gente vê essas terras, às vezes, sendo privatizadas, não é? Alguns acham que a terra lhes pertence e não deixam comunidades tradicionais como as mangabeiras, os pescadores e os quilombolas terem acesso a essas áreas.



Em relação à parceria que a Dra. Livia mencionou aqui no seminário, realmente, ela é muito importante — refiro-me à parceria com a SPU, com o Ministério Público Federal e com o INCRA.

Apesar de toda a deficiência de pessoal da SPU — e vários órgãos também têm essa deficiência —, a gente tem avançado em alguns pontos, como no trabalho com o INCRA. A gente tem demarcado áreas para comunidades quilombolas. Entregamos uma área à Comunidade de Pirangi, lá em Capela. Estamos demarcando umas áreas da União em Brejo Grande e vamos transferi-las para o INCRA — a comunidade de Brejão dos Negros. Estamos fazendo uma parceria também com o INCRA para o Pontal da Barra.

Então, a SPU, o Patrimônio da União também não vai desprezar nem os pescadores, nem as mangabeiras, não é?

E aí, para que os senhores entendam, para que a SPU possa atuar nas áreas da União, a primeira coisa que ela tem que fazer é identificar essas áreas. Então, para identificar essas áreas, eu tenho que demarcá-las, até porque a competência da SPU é somente em áreas da União. Fora dessas áreas, nas áreas particulares, a SPU não tem competência.

Então, o primeiro passo é, realmente, identificar e demarcar essas áreas. Depois, podemos afirmar: *“Tenho certeza que é área da União”*. E aí a gente vai dar essa destinação para essas áreas. Isso até para proteger, mais tarde, a própria União de ações movidas pelos que se dizem proprietários dessas áreas.

Então, o primeiro passo seria essa identificação. Em se identificando essas áreas, a SPU hoje possui vários instrumentos, como foi citado pelo colega do MMA, como o Termo de Autorização de Uso, como é feito na Região Norte, para a extração de açaí na Região Norte. Assim também se fez com os ribeirinhos da Região Norte, que têm um Termo de Autorização de Uso. Há também CDRU, que é outro instrumento para se permitir o uso dessas áreas.

Então, o primeiro passo seria identificar a poligonal, ou seja, toda a área que vai englobar a RESEX do Litoral Sul. De posse dessa poligonal, a SPU — e aí eu peço a parceria dos outros órgãos, uma vez que a gente possui, realmente, essa deficiência de pessoal; uma parceria com o Ministério Público Federal, com o INCRA, com o Estado de Sergipe — poderia delimitar essas áreas da União dentro



dessa poligonal. E aí eu estarei dizendo, como a gente faz com as áreas destinadas aos quilombolas: *“A área pública e não cabe indenização”*. Essa área entra de graça para o projeto. A gente não vai indenizar ninguém, porque as áreas da União são áreas públicas e não se indeniza o particular. Agora, se a área for particular, cabe indenização.

Porém, para eu fazer isso, primeiro, eu tenho que identificar essas áreas. Não se identificando essas áreas, não há como destiná-las a esses programas.

Portanto, eu fiquei muito comovido pelo discurso do Presidente da Associação dos Pescadores da Z4 e também pelo que falou a catadora de mangaba. Isso é o que toca meu espírito; e eu, como cidadão, como brasileiro e como gestor, o que eu puder fazer para que a gente possa identificar de imediato essas áreas da União no local — em parceria com os outros órgãos — e disponibilizar os instrumentos de destinação dessas áreas para essas comunidades, enquanto a gente estiver à frente do Patrimônio da União, a gente vai tornar isso prioridade. E também é prioridade a destinação de áreas da União para assentamento de pessoas carentes, moradia popular, reforma agrária e também para os catadores e catadoras de mangaba e pescadores.

Fico preocupado quando ouço depoimentos de que as mangabeiras estão se acabando e de que o pescador não tem acesso ao rio. E aí, para a gente liberar isso, primeiro, no que cabe à SPU, vamos identificar essas áreas da União. Identificando-as, eu digo: *“Essas áreas são minhas. Nessas eu tenho gestão, nessas áreas eu tenho o poder de declarar de interesse do serviço público, eu tenho o poder de tirar quem está lá dizendo que é proprietário”*. A proprietária é a União. Não é porque eu não tenho a área demarcada que não é da União. A área, presumidamente sendo da União, pode ser trabalhada.

Então, quero dizer, Deputado João Daniel, que a SPU se coloca à disposição.

Agradeço-lhes o convite e quero dizer da importância deste momento. Coloco à disposição o corpo técnico da SPU e toda a nossa equipe, para que se busque, juntamente com a parceria com outros órgãos — Ministério Público Federal, INCRA e outros —, de imediato, saindo essa RESEX, a identificação e a demarcação das áreas da União. A partir aí, poderemos adotar os procedimentos subsequentes para a destinação dessas áreas para as essas comunidades.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Queria saudar o Sinho, que está aqui presente, da Juventude do Hip-Hop. Sinho, muito bem, parabéns! Júlia também está aqui. Ela é cineasta. Também cumprimento a D. Zélia, do Bugio. Muito obrigado pela presença, D. Zélia

O SR. APRESENTADOR - Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reservas, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES - Bom dia a todos.

Bem, agradeço muito a oportunidade ao Deputado João Daniel, à Deputada Ana Lúcia e ao Deputado Edmilson Rodrigues. Saudações aqui aos meus colegas palestrantes e à plateia.

Para mim está sendo muito importante participar deste seminário. Estou aprendendo muito e minha expectativa aqui é passar um pouco do panorama das atividades de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil, destacando a situação e a importância de Sergipe no setor de petróleo e gás no Estado e também no País.

Falarei um pouco também do posicionamento do Ministério de Minas e Energia em relação à criação dessa RESEX.

Então, aos nossos parceiros e ao nosso colega do Governo queremos dizer que, muitas vezes, temos reuniões com essas pessoas para discutir esses assuntos, mas acho que sempre aumenta o esclarecimento de todos os participantes quando temos a oportunidade de participar de um evento desse tipo.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Esse mapa mostra onde ocorre atividade de exploração e produção no Brasil — áreas de concessão e áreas de produção. Então, o Brasil tem uma quantidade muito grande, ou seja, 7,5 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares. Mas, dessas áreas sedimentares, apenas em 2,8 milhões de quilômetros — um pouco menos da metade — temos potencial efetivo para ocorrência, para geração e acumulação de petróleo e gás.

Em termos de área concedida, temos cerca de 312 mil quilômetros quadrados em campos e blocos. Há 359 blocos que estão ocupando essa área. Temos hoje



cerca de 430 campos de produção e cerca de 110 empresas atuando nessa atividade.

Entendemos que essas são as bacias efetivas, à luz do conhecimento atual. Temos também uma noção de importância da atividade.

Neste primeiro eslaide mostramos a quantidade de *players* e a expectativa que temos. A cor vermelha mostra a nossa expectativa em relação à maior facilidade de encontrar petróleo nessas áreas.

No outro mapa ao lado, a parte preta representa onde temos expectativa para acumulação de óleo; a parte amarela indica a expectativa ou a vocação da área um pouco maior para gás; na área em laranja, pode ocorrer óleo, gás ou os dois.

A partir 2002, quer dizer, desde o início da produção no País, temos tido um aumento sempre das nossas reservas. Então, essa curva vermelha indica o crescimento da nossa sua curva e o comportamento da nossa reserva de gás. As barrinhas em azul indicam o volume de petróleo.

Temos hoje cerca de 16,1 bilhões de barris de óleo e cerca de 460 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Sergipe tem, no total, 248 milhões de barris de óleo em reservas, ao final de 2014, e 4,4 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

A nossa curva de produção também, a partir de 2000 até hoje, 2015, mais que duplicamos a nossa produção média diária de petróleo. Esse é um resultado dos investimentos, da abertura do setor de petróleo e gás, do aumento da concorrência. Então, o País tem se beneficiado também disso aí.

Aqui, para o Estado de Sergipe, a produção de gás natural tem tido uma tendência de declínio, apesar de que, a partir de 2003, principalmente com a entrada de produção de Piranema, voltamos a ter uma tendência de aumento.

Em 2015, estamos ali com uma estimativa até julho — por isso que está bem pequena, daquele jeito. Mas, na média do mês de julho, o Estado está produzindo 1,1 milhões de metros cúbicos diários de gás e 37,6 mil barris de petróleo por dia.

A renda petrolífera é basicamente composta de *royalties* e de participação especial. Também seguindo uma tendência de aumento de preço de petróleo até 2014, tivemos, por exemplo, em 2014, arrecadação no País de 35,3 bilhões de reais da renda petrolífera. A parte que cabe à União está representada em azul; em



vermelho está a porção do Estado; em verde, a porção destinada exclusivamente aos Municípios.

Em 2015, já estamos vivendo uma situação de expectativa de que essa receita seja bem inferior ao que ocorreu em 2014, principalmente pela queda do preço do petróleo no mercado mundial. Mas aquela estimativa ali também vai só até junho.

Aqui estão descritas as receitas governamentais de *royalties* e participação especial para Sergipe. Em azul está o que foi destinado ao Estado; em laranja está o que foi destinado aos Municípios do Estado de Sergipe.

Então, em 2014, o Estado arrecadou 179 milhões de reais; e os Municípios do Estado, 213 milhões de reais. Em 2015, o valor que está ali vai só até junho, mas temos a expectativa de que esse valor, ao final do ano, seja bem inferior.

No Ministério temos uma atuação muito próxima dos órgãos ambientais. Nas nossas políticas visamos sempre aumentar a produção. A nossa missão lá é fomentar a atividade de exploração e produção no País. Então, temos lá, na classificação das nossas bacias, temos as bacias maduras e os campos marginais, onde a produção está declinante, onde, em tese, já se explorou bem aquela área.

Portanto, na parte terrestre de Sergipe temos essa classificação: é uma bacia madura, e a produção tem uma tendência de declínio.

Quanto à parte marítima, na plataforma continental em frente ao Estado de Sergipe, consideramos haver uma bacia de nova fronteira. Ainda temos necessidade de atração de investimentos. Para isso, temos que adquirir tecnologia sísmica, temos que estudar bem a bacia e perfurar, tudo isso para conseguir viabilizar a produção desses recursos energéticos.

Em elevado potencial, temos a Bacia de Campos e Santos, na região do pré-sal. É uma parte importante dessa política focada no aumento da produção de petróleo e gás, há uma determinação do Conselho Nacional de Política Energética no sentido de que estudemos e que tenhamos uma manifestação conjunta de representantes da ANP e do IBAMA indicando a viabilidade ambiental das áreas que sejam colocadas para oferta em licitações.

Isso aí reduz um pouco as dificuldades do licenciamento ambiental, aumenta a certeza para o empreendedor e também reduz os efeitos que possam representar



algum dano para a comunidade. Apesar do aumento e da melhoria das tecnologias utilizadas na atividade de exploração e produção, reconhecemos que a atividade de petróleo, apesar de ter um benefício em termos de energia e inclusão social, a renda petrolífera contribui para o Estado implementar outras políticas públicas.

Todo mundo aqui mencionou essa dificuldade, pois sabemos que a receita, a renda do petróleo é bem-vinda, só que a parte indesejável das emissões ou de uma eventual poluição ninguém quer.

Infelizmente, é um recurso natural e, portanto, tudo isso tem que ser colocado. Na visão do Ministério, portanto, é importante que apontemos as áreas onde vemos algum potencial, para que essa decisão da criação de uma unidade que não admita a exploração de recursos minerais seja tomada com perfeito conhecimento dos interessados.

O polígono do pré-sal está no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro — principalmente — e um pouquinho do Espírito Santo, onde temos um baixo risco exploratório e um elevado potencial. É lá onde estão as grandes descobertas de petróleo ocorridas no País recentemente.

Então, existe para a área um regime específico, um regime de partilha, já em funcionamento. Em relação a essa parte ambiental, buscando também aumentar a segurança do empreendedor e também reduzir as dificuldades com licenciamento ambiental de áreas, estamos buscando, junto com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria nº 198, de 2012, instituir um instrumento que permita uma avaliação de área sedimentar, buscando também facilitar o processo de outorga de blocos, já visando também maior segurança no licenciamento desses empreendimentos.

Em muitas áreas, nem os representantes do meio ambiente têm esse conhecimento, como, por exemplo, a margem equatorial, o litoral do Pará ou em áreas no Amapá. Não se tem dados para dizer qual seria o impacto de uma mancha de óleo, onde ela poderia atingir, que tipo de biodiversidade seria atingida numa situação de incidente de derramamento de óleo.

Então, com esse tipo de instrumento, a gente visa aumentar a nossa base de dados e a nossa condição de fomentar essa atividade econômica e de geração de energia, sem trazer prejuízo para as populações interessadas locais.



A bacia que se localiza entre Sergipe e Alagoas, a parte marítima, foi selecionada como a primeira bacia marítima para ser estudada, para que esse tipo de estudo seja realizado. A partir de 2014, nós temos o prazo de 18 meses para concluir essa atividade.

Aqui mostro alguns pontos sobre a política energética. Abordamos aqui a questão da importância de se estudar a área para valorizar o recurso da União e o planejamento setorial.

Da mesma forma que muita gente não quer a oferta de bloco exploratório, tem vários governadores e várias áreas do País que recorrem ao Ministério buscando viabilizar ofertas diárias, mesmo em locais onde não se tem dados que justifiquem a oferta de blocos para exploração e produção. Por isso a gente entende que, apesar das dificuldades, essa atividade permanece como sendo muito importante para o País como um todo também.

Deve haver informações, para que as empresas se interessem por adquirir áreas em licitação, para fazer investimentos no intuito de se descobrir recursos energéticos.

Há também a questão do conteúdo local. Nas nossas rodadas de licitação, a gente tem um trabalho que busca identificar a capacidade de indústria local e a coloca em uma faixa de percentual de bens e serviços que devam ser adquiridos no País. Aí o concessionário faz a sua oferta buscando também se inserir e ter um benefício pelo arremate de blocos.

Outro ponto é a segurança jurídica. Então, todo esse trabalho visa garantir que o empreendedor possa efetivamente fazer o investimento e se sentir seguro buscando petróleo nas áreas que ele arremate.

Esta é a área de conteúdo local, como já citei. Há também uma política que visa contribuir para a manutenção da produção de petróleo e gás nas bacias em declínio de produção, como é o caso da parte terrestre da bacia de Sergipe e Alagoas. Então buscamos sempre estar ofertando campos marginais e blocos nessas bacias.

O gás natural é um combustível com menor teor de emissões. Onde há grande disponibilidade consegue-se um preço menor, apesar de se ter que construir infraestrutura para oferta desse recurso no mercado.



Também buscando aumentar a produção de gás natural no País, a gente tem buscado estudar a questão do gás não convencional, do gás de folhelho, o *shale gas* ou *shale oil*.

Existe o projeto MA nº 9, do Conselho Técnico do Meio Ambiente, no âmbito do PROMINP — Programa da Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, em que buscamos, junto com outros órgãos ambientais — como o IBAMA, ICMBio, IBP, ANP, ANA —, identificar todos os pontos que poderiam trazer alguma dificuldade para o desenvolvimento desse recurso no País. Estamos com o relatório quase pronto. Ele deve ser apresentado ao Ministério Público Federal, buscando inclusive destravar algumas contestações judiciais que inclusive foram apresentadas contra os blocos arrematados na 12ª rodada, ocorrida em 2011.

Aí estão detalhes dos recursos não convencionais. Existe um fraturamento hidráulico, mas tem também um poço horizontal. As técnicas são bem aplicadas em países como os Estados Unidos e Canadá. O próprio Reino Unido acabou de publicar uma diretriz, buscando reforçar o desenvolvimento desses recursos. Mesmo num País como a Inglaterra, que tem uma ocupação de solo bem forte, está havendo a determinação para que se busque envidar esforços para viabilizar a produção desses recursos não convencionais, principalmente lá, porque eles usam muito carvão também. E o gás, nesse caso, traria um benefício extra, que seria substituir um energético bem mais poluente que o gás natural.

Esses são os blocos que estão sendo ofertados na 13ª rodada, no litoral de Sergipe e da Bahia. Bem próximo ao sul de Sergipe, temos a bacia de Jacuípe. Nós estamos ofertando vários blocos.

Mesmo com estudos sendo iniciados agora, para a avaliação ambiental de área sedimentada, a gente entendeu que as descobertas recentes que estão ocorrendo, como eu vou mostrar daqui a pouco, justificavam a oferta dessa bacia. Isso contribui para a valorização do recurso natural da União. A gente pode aumentar o interesse das empresas, e elas podem também pagar um pouco mais e fazer ofertas mais generosas, tanto de bônus de assinaturas, em reais, programas exploratórios ou conteúdo local.

Aqui estão os blocos da Bacia de Jacuípe, em Sergipe a Alagoas, que estão em águas profundas.



Nós, no Ministério, fizemos uma base de dados georreferenciados onde buscamos definir a importância petrolífera das áreas à luz do conhecimento que se tem no momento. A cada dois anos esse estudo é revisto. Então, as descobertas interferem ou o declínio de produção de uma determinada área também interfere na valorização de uma área para o setor petrolífero.

Aqui é um detalhe da área que a gente considera bacia efetiva, onde há chances de se encontrar petróleo e gás natural. Ali é a porção sul de Sergipe e Alagoas. Essa área proposta da RESEX está exatamente na borda daquela parte azul. É uma borda de bacia, mas a gente tem que lembrar que, na parte do campo de Carmópolis, por exemplo, tem-se um embasamento fraturado. Ou seja, mesmo fora da bacia houve a produção de petróleo. Teve por um tempo, não me recordo se essa produção continua ocorrendo. O petróleo sai em direção à superfície. Ele é gerado em alta profundidade, mas ele sempre busca se deslocar para a superfície onde encontra um reservatório. Lá ele recebe um selo, fica acumulado e viabiliza-se a sua produção.

Aqui é um detalhe um pouco maior. Nós temos o campo de Piranema, recentemente descoberto. Aqui está a posição e, no campo inferior esquerdo do mapa, temos a área da RESEX.

Aqui cabe um esclarecimento: em 2013, a última nota técnica que nós elaboramos no Ministério justificou a intenção de se construir esse duto que está em vermelho. Aí, na evolução do projeto, ele terminou sendo construído na mesma faixa de servidão do duto que está à esquerda, ali mais próximo de Estância.

De qualquer forma, em águas profundas do litoral de Sergipe, cabe o destaque para as diversas descobertas de petróleo recentes. Trata-se de um óleo de ótima qualidade, acima de 38 graus API, além de gás.

Temos aqui os campos que conseguimos ver a partir do litoral, como o de Guaricema. São campos muito antigos, que poderíamos até colocá-los como sendo campos maduros. A gente precisaria manter essa produção porque não se tem registros de incidentes, de derramamento de óleo nesses campos. A gente entende que, quando se tem uma produção, fazendo uma gestão e uma melhoria do campo, consegue-se manter aquela produção por um tempo maior e beneficiar mais as



populações desses locais, por meio de *royalties* e PEs, geração de empregos, como eu já falei.

Então, nesta parte rosa do mapa, nós temos feito diversas descobertas. Em laranja, vemos os blocos que estão sendo selecionados para oferta na décima terceira rodada, que vai correr agora, dia 7 de outubro.

Agora, por questões ambientais também, nas negociações feitas no âmbito daquela manifestação conjunta com o IBAMA e o ICMBio, nós não temos mais conseguido ofertar áreas a distâncias inferiores a 50 quilômetros da linha de costa e também com a lâmina d'água inferior a 50 metros.

Quanto a esses campos todos que temos descoberto e que estão nessa situação, como Piranema, Guaricema, Tartaruga e Salgo, é sempre aquela questão: a nossa expectativa em relação à Avaliação Ambiental de Área Sedimentar é que possamos destravar esse entendimento da proibição, com o avanço dos estudos, para dar mais tranquilidade às populações envolvidas e permitir que o Estado possa se beneficiar desse recurso energético.

A partir de 2012, tivemos uma série de notificações de descobertas à ANP, naqueles poços que eu mostrei no mapa ali. Estão todos aí relacionados.

Este aqui é um detalhe da figura que basicamente embasou a nossa nota técnica, sobre o que a Dra. Lívia havia me questionado. Então, a princípio, havia esse duto, que passaria exatamente na área que era da RESEX. Como não é admitido...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES - É, esse duto não passa mais. *(Riso.)* Mas, no momento do nosso parecer técnico, ele passaria por esse local e conflitaria, em posição, com a ocupação pretendida pela RESEX. E nós temos o entendimento da ANP de que essa faixa aqui é borda de bacia, mas tem um potencial para oferta em licitação e, eventualmente, havendo sucesso exploratório, poderia haver a produção de recursos petrolíferos, convencionais ou não convencionais.

Então, a decisão do Ministério foi embasada nesses dois pontos principalmente e, em relação também à expectativa de aumento da atividade



exploratória em todo o litoral, exatamente nessas importantes descobertas que fizemos em águas profundas do Estado.

E, no caso de não se construir duto, pode-se aumentar... Qualquer duto que tenha um escoamento mais fácil, que passe por essa região, para viabilizar economicamente a produção de uma área, se se tiver que modificar o projeto de desenvolvimento, pode-se tornar inviável a produção de algum recurso. E, como é nossa atribuição mostrar esses pontos de conflito, principalmente a forma que foi demandada, o nosso entendimento é que, se fosse possível a criação de algum tipo de unidade que não inviabilizasse a construção de dutos, que não dificultasse o escoamento da produção que venha a ocorrer em consequência daquelas diversas descobertas que nós apontamos, ou das futuras, nas áreas que estão sendo ofertadas, seria, sim, muito positivo para nós.

Inclusive, assistindo pessoalmente a todos os depoimentos, eu vi que todo mundo se manifestou muito favoravelmente. E nós temos também essa percepção. No entanto, não posso deixar de apontar essa questão, sobre o que não serei eu que vou decidir. Eu tenho a minha decisão, mas sei que os meus superiores irão resolver isso de acordo com o desenrolar das discussões e das negociações.

Esta é uma imagem de satélite mostrando exatamente o traçado do duto atual, próximo à cidade de Estância, na mesma faixa do outro duto que já existia.

Então, este é o posicionamento atual do MME: tem-se uma sobreposição de parte da área com área de interesse para futuras licitações; não é possível o desmatamento, construção de bases. Hoje, há recursos de poços direcionais, mas, mesmo assim, é preciso fazer sísmica. Para a sísmica, tem que se ter uma picada, o que seria um dos pontos de dificuldade.

Com relação às descobertas na parte costeira, entendemos que essa região é importante. Havendo uma blindagem ali no sul da Bahia, onde existe uma APA, já vamos ter dificuldade para viabilizar empreendimentos no setor petrolífero nessa região. Ali estão a Reserva Biológica de Santa Isabel, a de Mangue Seco e a Estação do Peba. Quer dizer, essa área está bem ocupada, é importante para a biodiversidade, para as populações locais, mas a energia também é importante para as pessoas. Energia é inclusão, como eu já falei, e contribui para a inserção social. Todo mundo quer energia na sua casa. A energia barata é mais inclusiva. Uma



energia cara não é para todo mundo. Às vezes, a pessoa vai à mata, corta uma árvore e faz um fogo. Mas, se houver gás de petróleo, o GLP, para acender o fogão, é muito melhor. Entendemos essas dificuldades, mas é um recurso mineral que está aí. Nós temos expectativa de dar continuidade à atividade exploratória, por isso, manifestamo-nos dessa forma.

Com relação à parte de mineração, há alguns pontos de captação de mineração de areia — e já consta do nosso relatório —, que estão na zona de amortecimento. Bastaria que o decreto, o plano de manejo, considerasse a possibilidade de manutenção dessa atividade, caso haja esse entendimento.

Por fim, hoje há uma cobrança forte da ANP com relação às indústrias. As discussões com os órgãos de meio ambiente são muito positivas nesse sentido. Sempre buscamos reforçar os nossos instrumentos para sempre cobrar do empreendedor a aplicação das melhores práticas da indústria petrolífera. E o licenciamento ambiental é parceiro. Mas há o outro lado também. Dependendo do tamanho da acumulação, se houver exigências “exageradas” — entre aspas —, acima da capacidade empreendedora ou da expectativa de retorno econômico pelo desenvolvimento daquele recurso energético, não haverá a declaração de comercialidade. O petróleo vai ficar lá embaixo e não vai beneficiar quem dele tem necessidade. É um ponto a ser considerado.

Quanto às bases multipoços, quem foi a Carmópolis viu que lá realmente é um paliteiro. E, quanto ao tipo de reservatório ali, nem sei se hoje poderia ser desenvolvida e aplicada essa questão das bases multipoços, dos poços horizontais, exatamente também pelo tipo de acumulação que há sobre a superfície. Se há várias seções, fica difícil fazer poços horizontais. Mas onde é possível, sempre buscamos fazê-los, porque aumentam a drenagem e reduzem o impacto na superfície. Há a dificuldade de se licenciarem blocos a distância menor que 50 quilômetros e lâmina d'água menor que 50 metros, mas esperamos que a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar possa contribuir para reduzir a incerteza em relação a essas áreas.

O último ponto é que entendemos que a produção de petróleo e gás no País contribui para a geração de emprego e renda, para a redução das desigualdades regionais, para aumentar a segurança energética local e nacional e também propicia



a arrecadação de receitas de *royalties*, a participação especial em tributos, além de algum recurso para o fundiário.

Muito obrigado. Permaneço aqui à disposição para demais esclarecimentos.
(Palmas.)

O SR. COORDENADOR - Antes de passar aos questionamentos e à participação da plateia, vamos ouvir o Prefeito de Indiaroba, o Sr. José Leal. Porém, antes de ele iniciar, aviso a quem tiver interesse em se inscrever para falar que procure os assessores da Comissão, ali do lado esquerdo da Mesa para quem está na plateia, a fim de registrar o nome.

O SR. JOSÉ LEAL DA COSTA BITENCOURT - Boa tarde, companheiros e companheiras! Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado João Daniel, a Deputada Estadual Ana Lúcia, nossa companheira, que nos honra no Partido dos Trabalhadores. Quero abraçar a minha amiga Alícia. Ouvindo você falar, lembrei aquela época em que fundamos a Associação das Catadoras e que sequer tínhamos dinheiro para registrar a ata, não é, Alícia? E quero cumprimentar as catadoras, na pessoa de Alícia, os pescadores aqui presentes, na pessoa do nosso companheiro José Moraes, que hoje confundo se de Estância, de Indiaroba ou de Santa Luzia. O trabalho que você faz é extensivo àquelas áreas todas. Indiaroba hoje está dando aqui um *show* de cidadania. Cumprimento os pescadores, na pessoa de Dinho, que eu vi por ali, e outros que estão aqui. Quero abraçar os nossos companheiros sem-terra, na pessoa do nosso amigo Fábio, que foi acidentado, mas está ali. Quero também mandar um abraço ao nosso amigo Luizão, Assessor da Presidência da República, que encontrei depois de uns 4, 5 anos, e também ao nosso amigo Zeca, Assessor da Presidente Dilma. Quero abraçar os Vereadores aqui presentes, na pessoa do Vereador Artur, de Estância, nosso companheiro do PT, um guerreiro que nos orgulha também. Quero abraçar a Procuradora Federal Dra. Livia, uma jovem Procuradora, com um pensamento tão aberto, tão jovem. É uma jovem Procuradora em todos os sentidos.

E o Ministério Público Federal está de parabéns, pois ouvi atentamente a fala dela e, em momento nenhum, vi a Dra. Livia determinando, impondo. Foi sempre firme, mas perguntando: *“O que está havendo? Por que não está andando? Vamos sentar para discutir”*. É bonito ver um Ministério Público novo, com esse



pensamento. Então, rendo minhas homenagens à senhora, dizendo que o Município de Indiaroba está à disposição para ajudar naquilo que for possível.

Quero também mandar um abraço aos Prefeitos: à Prefeita Gracinha, de Itaporanga, que estava aqui ainda há pouco, mas que deixou um representante, ao Prefeito Carlos Magno e ao Prefeito Edson Cruz, que também têm aqui os seus representantes. Minha fala será breve. Mas quero mandar um abraço ao representante da SPU, nosso companheiro, com quem estamos lutando pela área de revitalização da orla do Povoado Pontal. Já entramos com um pedido na ADEMA e, em breve, vamos ver se resolvemos aqueles problemas. Um abraço a você. Eu até fiquei comovido com a sua fala angustiada, no sentido de querer desenvolver um trabalho com mais rapidez, muitas vezes sem ter os servidores necessários para tal.

Graças a Deus, você vê o País e o Estado de Sergipe dando exemplo na hora de votar. A gente realmente precisa saber escolher os nossos representantes. Vejam a questão do Deputado João Daniel.

Eu me esqueci de mencionar, mas quero abraçar também o pessoal do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, assim como o Edmilson, companheiro que saiu do Pará para vir a Sergipe nos ajudar nessa empreitada.

Mas, Alícia, nós também começamos a ficar preocupados com algumas falas aqui. Pelo menos eu fiquei. Todo tempo culpamos a falta de vontade política. Acho que sim; depois da fala, acho que não. Por quê? Estava conversando com o companheiro do Ministério e, no meu modo de ver, como é que a Presidente Dilma vai assinar um decreto se não estão estabelecidas ainda as demarcações corretas? Pode ser antes? Pode ser paralelamente? Aí o Ministério de Minas e Energia vem e diz: *“Pode ser que aqui tenha petróleo. Como é que a gente vai fazer?”*. O fato é que a gente precisa andar, sim, porque eu tenho certeza de que vontade política não vai faltar mais. Depois de nós participarmos de um momento desses com os representantes dos Ministérios, falta de vontade política eu acho que está afastada. Agora é vontade técnica.

E vemos o Ministério Público Federal dizer: *“Eu já fiz a minha parte. Quero sentar com vocês para ver o que falta”*. Aí vocês veem as pessoas, os pescadores, os catadores, os Prefeitos, os Municípios, todos querendo resolver. Então, agora é



vontade técnica. O estudo técnico está na mão — pelo menos os representantes aqui do Ministério de Minas e Energia mostraram. O que falta agora? Gente, eu sou gestor. Pensem como me dói quando eu chamo um Secretário e digo: “*Rapaz, isso aqui é urgente*”. E ele me diz: “*Eu só tenho quatro pessoas para fazer*”. Naquele momento, eu também não posso colocar nem cinco nem seis pessoas, por uma série de coisas, mas precisamos, com os quatro, estabelecer uma pauta para resolver isso. É 1 ano? São 2 anos? Porque já se foram 10 anos! E estou vendo que eu vou sair da Prefeitura e, quando o outro entrar, ou no meu segundo mandato se eu ganhar, e vou ficar preocupado com isso.

Eu tenho certeza de que os Ministérios aqui envolvidos têm a maior boa vontade, senão não estariam aqui. O Presidente da Comissão também está com boa vontade. E o que é que falta? Aí eu vou para casa sem saber o que é que falta.

Então, Deputado João Daniel, V.Exa. e o nosso Edmilson sergipano têm um papel importante em nos ajudar. Os discursos que ouvimos aqui de José Moraes e de Alícia eu já conheço há muito tempo, desde antes de ser Prefeito. Essa é a pura verdade! Como disse o nosso companheiro aqui: “*Os Prefeitos precisam ajudar*”. Isso é verdade. E quero dizer que o Prefeito de Indiaroba, do dia em que entrou até hoje, tem feito o papel dele nesse sentido. José Moraes, quantas e quantas vezes discutimos essa questão? Chegamos a um ponto em que ficamos sem saber realmente o que é que vai acontecer. Eu espero que esse baixo-astrol não nos atinja, mas ele dói. Estamos vendo tudo na mão... Não sei. Eu saio daqui meio contrariado, porque estou vendo os caminhos abertos, mas ainda não estou vendo a gente caminhando o suficiente para sorrir o mais rápido possível.

Quero deixar aqui o meu abraço a todos vocês. Eu sou otimista, sim. Sei que já andamos muito, mas também carrego uma preocupação muito grande, principalmente nessa área de meio ambiente. Quando sentamos ali no Pontal, naquela área do povoado de Preguiça, e vemos aqueles galhos dos pés de mangaba dobrando... Já vemos hoje a nossa fabriqueta que foi inaugurada há poucos dias, vemos a produção e as pessoas comprando, como eu disse há pouco, no nosso Município. Agora também nos preocupa muito, claro, a permanência desses nativos naquela área. Para vocês terem uma ideia, quando eu assumi a Prefeitura de Indiaroba, havia um grande empreendimento numa daquelas áreas



permanentes. E louvamos aqui o IBAMA, porque tem tido muito cuidado com essas licenças. Havia o camarada de Pernambuco que queria montar uma indústria de tecido virada para o mar. *(Riso.)* Não dá, né? E eu disse: *“Amigo, eu quero o desenvolvimento sustentável, sim. Agora, vá para aquela área de lá, onde estamos isentos dessa contaminação”*. Ele foi embora. Até logo, Deus o leve! Nós não conseguimos, porque ele queria essa área, que é uma área de preservação permanente.

Dra. Livia, eu tenho uma preocupação muito grande com o nosso Município. Eu disse que somos a favor do desenvolvimento sustentável, sim, mas temos preocupação com isso. Ele quis instalar-se na nossa região de Indiaroba, não conseguiu no passado e instalou na Bahia uma empresa chamada Lusomar. A empresa, quando ali chegou, com estudo técnico, segundo as pessoas que a administravam, naquele momento eu já dizia: *“Gente, tome cuidado, porque a gente vê em outros países o que essas mariculturas, que não são muito bem administradas no sentido do meio ambiente, causam”*. *“Ah, mas a gente precisa de emprego, 300 empregos, 500 empregos!”* E essa indústria foi instalada no Estado da Bahia. Um dano irreparável! Alguns técnicos já me falaram sobre o estudo técnico, algo que eu até respeito, mas com que não concordo, porque vivemos naquela área e sabemos o dano que foi causado ali. Nós não tínhamos mais caranguejo, não tínhamos mais siri, não tínhamos mais o camarão nativo. Desapareceu tudo! *“Não, não é ela. Não é a indústria. Isso aí é um vírus, isso aí é uma bactéria!”* O fato, doutora, é que Deus é pelo pobre, ela fechou e, com um ano e pouco, voltou tudo. Esses dias, uma pessoa amiga nossa de Aracaju foi a Indiaroba e falou: *“Leal, quanto siri!”* Tudo voltou ao normal depois que ela fechou. Agora, já estão reabrindo. Agora, já estão lá reabrindo! Os gananciosos, que só pensam em dinheiro, estão reabrindo, e nenhum emprego há para Indiaroba, nenhum emprego há para os nativos da área.

Então, o Ministério Público Federal precisa, sim... E aqui pedimos encarecidamente à senhora que faça contato com seus colegas da Bahia para ver o que vai acontecer ali, porque a gente tem notícia de que já há alguns viveiros lá. Olha, gente, é diferente do nativo. O nativo faz uns dois ou três viveirinhos ali, não



usa droga nenhuma e não causa dano nenhum. Mas essa produção que eles estão querendo que volte, que já está voltando, já começou a nos preocupar de novo.

Doutora, a senhora precisava ver — depois dessa instalação, no passado, em que colocaram lá 300 pessoas, que caiu para 100, para 50 e depois acabou com tudo —, o dano que se criou lá. Os pescadores estavam indo embora da nossa região para trabalhar fora, porque não tinham mais como sustentar as suas famílias. Estou dizendo isso, porque eu participo. Eu não sou Prefeito que está aqui falando baboseira, não. Falo porque eu convivo com eles, até antes de ser Prefeito. E as pessoas das colônias, tanto a de José Moraes como a Z-11, de Indiaroba, já me procuraram: *“Leal, o que você pode fazer?”*; *“Nada!”* Não posso fazer nada. O que eu posso fazer é o que eu estou fazendo aqui: denunciar. E fica a cargo dos órgãos ambientais. Se fosse no Estado de Sergipe, eu poderia até procurar..., porque a política também, de certa forma, influencia nos empurrões. É como se diz: *“Falta vontade política”*, mas, para mim, não ia faltar. Gostaria que a senhora revisse essa questão com muito carinho, para que a praga não aparecesse de novo lá no nosso Município, para que o dano que foi causado no passado não se repita no presente.

No mais, Deputado João Daniel, eu quero dizer a V.Exa. que, para mim, não é surpresa o que está acontecendo, não. Tanto Indiaroba quanto o Estado de Sergipe apostaram em V.Exa., porque o seu trabalho já demonstrava, lá no passado, que V.Exa. ia fazer tudo pelas pessoas mais carentes, pelos trabalhadores sem terra. V.Exa. já tinha o seu trabalho lá, que eu também acompanho. Quantas vezes nós andamos na madrugada tentando ajudar essas pessoas. Nunca me esqueço de uma das vezes, às dez horas ou à meia noite — eu, V.Exa., Batista, Careca, Fábio —, em que eu disse: *“João, nessa hora, não há mais ninguém lá nos aguardando. O que nós vamos fazer?”* E, quando nós chegamos, estava o pessoal sem-terra lá, na maior alegria do mundo, com milho verdinho, e nós com uma fome, meu irmão... *(Riso.)* E ficamos lá um tempão.

Muito obrigado a todos. Quero dizer que Indiaroba está à disposição para ajudar no que for possível. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR - Muito bem, José Leal.

Eu queria que, no início dos debates, o Vereador, que acompanhou todo o processo da RESEX, pudesse dar uma palavrinha. V.Exa. deseja usar da palavra,



Artur? Queria dar um espaço ao Artur, que acompanhou esse processo, sempre em nome dos Vereadores da região Centro-Sul, também representando aqui a Câmara de Estância.

O SR. VEREADOR ARTUR OLIVEIRA - Boa tarde a todos os presentes. Eu quero saudar toda a Mesa, na pessoa do nosso Deputado Federal João Daniel e da Deputada Ana Lúcia Vieira. Quero saudar o velho companheiro, conhecido de todos nós sergipanos e brasileiros, o Deputado Edmilson Rodrigues, que foi Prefeito de Belém, no Pará. O Edmilson é velho conhecido. É um prazer nosso a sua presença aqui, Edmilson. É um prazer conhecê-lo, pois só o conhecia de nome, que é um nome histórico. Mas agora tenho a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente.

Quero saudar essa jovem e brava Procuradora, que trabalha em defesa principalmente dos mais necessitados, o Prefeito José Leal, todos os que estão nas galerias, o Prof. Paulo Mares, esse bravo companheiro defensor do meio ambiente, o José Moraes, homem da Z-4, com essa fala contundente em defesa de todos. Quero saudar também o Secretário Adjunto de Agricultura aqui presente, representando o Prefeito de Estância, o Ramiro, a Rose, da Secretaria de Agricultura de Estância, todos os integrantes do MST, em nome do Antero, o popular Terinho da Estância, todos os homens, todas as mulheres, na pessoa da Bezinha, que também é lá dos assentamentos do MST de Estância.

Não é novidade ter à frente dessa luta esse bravo companheiro, o João Daniel, e a Deputada, conhecida de todos os sergipanos. Eles disputam em quilômetros quem mais anda por todo esse nosso Estado, se é ela ou o João Daniel. *(Riso.)* Eu acho que os dois vão rodar todo o velocímetro. Vai zerar, e vai faltar quilometragem, porque andam nesse Estado. *(Riso.)* Não é novidade eles estarem à frente dessa árdua luta.

Esse movimento em defesa da reserva extrativista é um movimento árduo, duro, mas não devemos perder a esperança. É verdade que, em uma das falas feitas aqui, parece-me que da Procuradora, foi dito que, se demorarem mais 10 anos, não teremos mais a mangaba. E eu chamo a atenção, José Moraes, para o fato de que, além da mangaba, há uma frutinha nossa, que é o murici, que praticamente pode desaparecer, Deputado João Daniel, Deputada Ana Lúcia, Procuradora Lívia, demais membros da Mesa e todos aqui do plenário.



O murici é uma fruta nossa, é uma fruta da nossa região. É uma microfruta, muito miudinha, mas é de um sabor incomparável! E a Profa. Nádia, que veio do Paraná, que está no nosso Sergipe há muito tempo, sabe do que eu estou falando. É uma coisa nossa o murici. E a expansão imobiliária tem destruído de forma assustadora a quantidade que havia de mangaba e de murici no nosso pequeno Estado. E eu, que estou Vereador do Município de Estância, que é região sul, tenho conhecimento do que está acontecendo.

Eu quero saudar a companheira Alícia, líder dos catadores de mangaba da região, pela luta, pela forma e pela desenvoltura com que falou aqui. E eu quero parabenizá-la.

Então, Deputado Edmilson Rodrigues, a luta é árdua. A expansão imobiliária tem destruído toda essa nossa região. Se demorar mais a acontecer essa reserva, José Moraes, nós não teremos mangaba. Murici, nós temos muito pouco. Dá até dó falar! E, como a Alícia dizia, derrubar um pé de mangaba ou um pé de murici — porque os catadores de mangaba e os catadores de murici são os mesmos, são os pescadores artesanais — realmente é de cortar o coração. É triste ver uma mangabeira tombar.

Mais ação como esta aqui e disposição de todos nós aqui presentes, dos Parlamentares Ana Lúcia, João Daniel, Edmilson, que é do Pará e está aqui presente, e de todos aqueles que defendem a reserva extrativista são de uma importância muito grande. E se faz necessário colocar que o Prefeito de Estância defende a reserva extrativista, diferentemente do passado, Procuradora Livia, é verdade. Eu estive, José Moraes, naquela reunião no bairro Alecrim, e nós ouvimos as falas colocadas e o enfrentamento que você fez com o ex-Prefeito, com sua bravura, com sua disposição, onde ele não defendia a reserva. O atual Prefeito defende a reserva e pediu que trouxesse esse apoio a este seminário, João Daniel, para dizer que está à disposição para defender e pediu que trouxessem o apoio a este seminário.

Deputado João Daniel, quero dizer que estou à disposição para, com V.Exa., com a Deputada Ana Lúcia, com a Procuradora, com os trabalhadores, defender a reserva extrativista. Defender a reserva é defender a permanência das catadoras e catadores de mangaba no seu hábitat natural, nas praias sergipanas dessa região



sul; não as praias para quem quer se divertir, mas as praias para quem vai tirar o seu sustento através da coleta da mangaba. Eles pegam um litro de mangaba ou um cesto de mangaba e dirigem-se até as feiras da região para defender o seu sustento.

Portanto, Deputados, Deputada Ana Lúcia, Deputado João Daniel, trabalhadores e trabalhadoras, catadores e catadoras de mangaba da região, coloco-me à disposição, com a minha pequenina força de Vereador do Município de Estância. Faz-se necessário que todos nós unamos as nossas forças e defendamos o nosso povo.

Por fim, eu quero saudar o Deputado Gilson, que acaba de chegar — estava em audiência no Ministério Público Federal.

Queremos aqui defender esses trabalhadores, defender os pescadores, que, muitas vezes, têm dificuldade de chegar à maré, porque aparecem até os “donos de maré”, que cercam os portos, para que os pescadores não tenham acesso a eles. E são muitos, Deputado João Daniel, os que se acham “donos de maré”. José Moraes tem sido uma voz em defesa desse povo.

O seminário é de grande importância. E não poderia ser diferente, como disse o Prefeito José Leal, puxado aqui pelo Deputado João Daniel, com a Deputada Ana Lúcia. Faz-se necessário que essas forças e que essas vozes saiam em defesa desse povo. A força política é realmente bastante importante.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Quero registrar a presença, já foi falado aqui — eu já falei e também o fez o Vereador Artur —, do Deputado Gilson Andrade.

Mário está com a lista das pessoas que querem usar o microfone. Podem usar o microfone da plenária, onde está Mário, ou falar das cadeiras.

Então, Mário, pode iniciar.

O SR. APRESENTADOR - O próximo orador a usar a palavra é o Sr. Luiz Alberto, da ONG Água é Vida. (*Pausa.*)

Enquanto ele se dirige para cá, eu gostaria de informar que o tempo está um pouco escasso, porque nós temos até às 14 horas para concluir o evento. Quero pedir objetividade, para garantirmos que todos possam participar e que possam



ouvir também a resposta dos representantes dos órgãos. Três minutos seria um tempo razoável, acredito.

Informo também que já está começando a distribuição dos certificados a todos que participaram deste seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Todos que tiverem proposta para os encaminhamentos finais podem fazer por escrito ou ir ao microfone. A Mesa vai dar a ideia de encaminhamentos, que vamos construir juntos.

O SR. LUIZ ALBERTO - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar e agradecer à Deputada Ana Lúcia e ao Deputado João Daniel pela participação nesse processo de criação da reserva extrativista. Eles há muito tempo — principalmente a Deputada Ana Lúcia — vêm dando essa força aos pescadores, às marisqueiras e às catadoras de mangaba da região sul de Sergipe e todo o Estado.

Vou ser muito didático ao apresentar o descritivo da proposta para a realização de um abaixo-assinado, o primeiro documento que foi enviado ao CNPT, em Brasília, órgão do Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o que normatiza a nossa legislação, as reservas extrativistas fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC e são regulamentadas pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990:

“Art. 1º - As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais”.

Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam. Sendo assim e, quem sabe, prevendo também conter um grande êxodo dessas pessoas moradoras das regiões costeiras para as cidades, agredidas com a desenfreada corrida imobiliária, instalação de unidades de turismo, lazer e outras atividades econômicas em áreas de preservação permanente, vimos através deste documento abaixo-assinado, acatado e aceito por representantes de instituições governamentais e não governamentais, pescadores artesanais, profissionais, marisqueiras, catadores de



caranguejo, catadores de frutas tropicais e outros moradores das áreas costeiras da região sul do Estado de Sergipe, pedir que sejam considerados os interesses ecológicos de sobrevivência desta população, dos seus herdeiros e da biodiversidade existente, com a criação de reservas extrativistas no estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, fundo e real, compreendendo todos os seus afluentes e as áreas contíguas de manguezais, apicuns, dunas e restingas que o circundam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra a Profa. Sônia Meire, da Universidade Federal de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Pode anunciar o próximo orador, porque daí as pessoas já ficam próximas.

A SRA. SÔNIA MEIRE - Bom dia a todas e a todos.

É muito importante a participação das mulheres e dos homens, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, neste seminário, demandado pela força dos trabalhadores. Inclusive, na última audiência que tivemos, com a participação da Dra. Livia Tinoco, do Ministério Público Federal, as catadoras, mais uma vez, pediram à Dra. Livia Tinoco que chamasse vários órgãos para discutir o encaminhamento das áreas de RESEX, principalmente das unidades de conservação em Sergipe que precisam ser criadas, em especial a área de RESEX da região sul.

Há muito tempo, já estamos denunciando o avanço do agronegócio em Sergipe. E no último ano, nas eleições para Governo do Estado, quando tivemos a oportunidade de defender um projeto enquanto candidatos ao Governo pelo PSOL, continuamos fazendo a denúncia e continuamos organizando, com parte da classe trabalhadora desse Estado, uma luta contínua na defesa dos seus territórios.

Hoje, nós estamos tendo um momento extremamente importante para compreendermos que a nossa organização, a organização das comunidades pesqueiras, ribeirinhas, extrativistas desse Estado, tem que continuar fortalecida, como já foi colocado. O que está em jogo aqui é um modelo de desenvolvimento econômico, meramente econômico, de exploração de uma área, o que não passa apenas por uma discussão técnica, mas por uma discussão política de fundo, pelas



condições de vida da classe trabalhadora, pela manutenção da vida humana e de todo o bioma dessa região que está sendo afrontado.

Existe uma proposta do Ministério de Minas e Energia para a exploração da área de minério e existe outra que se sobrepõe à proposta da criação de Unidade de Conservação, que é a RESEX. Isso não depende da vontade política dos técnicos que estão aqui nesta Mesa — não depende. Depende da força da população.

Eu quero, mais uma vez, reforçar o apelo aos nossos Parlamentares para que abram essa discussão no âmbito da Casa Civil. Na última reunião que nós tivemos, com a presença da Dra. Livia Tinoco, saímos daquela audiência compreendendo que precisávamos de uma ação também mais incisiva no âmbito do Governo Federal, que era exatamente a ocupação do Ministério e da Casa Civil, para que essa área seja registrada. E as comunidades se mobilizarão para isso.

Nós queremos contar com o apoio dos Parlamentares; dos Deputados Federais que estão presentes, como o Deputado João Daniel e o Deputado Edmilson Rodrigues; e também da Deputada Ana Lúcia, com quem sempre contamos — as catadoras e os pescadores sempre contaram com ela —; para que possamos formar essa caravana e ir a Brasília pressionar o Governo Federal.

Nós não podemos ficar aqui sentados esperando que, tecnicamente, esse projeto seja resolvido, porque não será uma decisão técnica. Será uma decisão política em defesa de um modelo econômico que se contrapõe à luta pela vida em toda a região. Por isso, nós queremos dizer que não são apenas os técnicos, mas professores e estudantes também se somam a essa luta, sempre na defesa do território, na luta pela defesa da vida.

Quero também dizer que as catadoras, as pescadoras e os pescadores também estão participando de oficinas regionais, que discutem a Lei nº 13.123, de 2015, que trata do patrimônio genético. Se nós não tivermos cuidado — é muito grave o que está acontecendo —, as comunidades quilombolas, ribeirinhas, as comunidades tradicionais de todo os Estados do País, inclusive as de Sergipe, onde nós estamos atuando, estão correndo o sério risco de perder o seu território para os grandes investidores econômicos, como os que existem hoje no Estado de Sergipe.

É preciso que todas as comunidades tradicionais fiquem alerta. O que está em jogo é o fato de que qualquer um entra, hoje, em uma comunidade tradicional,



explora o que quiser e, sem pacto ou mesmo com pacto, vai ressarcir apenas, do produto líquido, 0,01% daquilo que foi retirado das comunidades. Inclusive, já há três patentes de fármacos registradas por laboratórios dos Estados Unidos sobre o uso da mangaba dentro da farmacologia, sem nenhum retorno para as comunidades tradicionais e para as comunidades extrativistas, em especial as da mangaba do País, não só do Estado de Sergipe. Então, é um apelo que nós fazemos.

Só nos resta, cada vez mais, unir as nossas forças, nos organizar com todas as comunidades que estão sendo atingidas e lutar para que os Parlamentares continuem abrindo os espaços para que os diálogos possam ser feitos, para que se possa garantir que a área de RESEX, de fato, seja criada e para que continuemos criando outras unidades de conservação, inclusive no norte do Estado. Essa área também tem sido constantemente violentada pelo eucalipto, pela expansão imobiliária, como já foi colocado aqui, e por outros tipos de investimentos, inclusive pela energia eólica, que também desertifica as áreas de mangabeira para a produção dos cata-ventos gigantes.

É isso. Muito obrigada. Vamos em frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Muito obrigado, Sônia Meire.

Queria registrar a presença de Flávio Santa Maria, da Cooperativa de Transporte de Passageiros do Litoral de Sergipe — VIANORTE, da Barra dos Coqueiros. Um abraço, Flávio! E quero registrar a presença do nosso grande parceiro Reyvanderson, do Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Pública e Comercial do Estado de Sergipe, que tem uma categoria lutadora e importante.

O SR. APRESENTADOR - Antes de chamar o próximo inscrito, informo que duas propostas foram colocadas pelo servidor Elísio Marinho, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos — SEMARH. A primeira proposta é de que o Ministério Público Federal convoque o INCRA e o setor de mapeamento fundiário da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe — EMDAGRO para que formem uma força-tarefa que possa viabilizar o levantamento de todas as áreas da União, do Estado, dando ênfase à RESEX do litoral sul e à APA do litoral norte e sul. E a segunda proposta é sobre a aquisição ou a desapropriação dos terrenos privados, quando deverá ser usado o recurso da compensação do Campo de Piranema, que está previsto no SNUC. Esse recurso deve obrigatoriamente ser



usado para a criação de unidades de conservação da natureza. Vale ressaltar que o Ministério Público Estadual pode sugerir esse uso na Câmara Federal de Compensação Ambiental e também na Estadual, que não estão funcionando, infelizmente, através da ADEMA.

Com a palavra o próximo orador, o Sr. Saulo Coelho Nunes, da EMBRAPA, e, em seguida, o Sr. José Moraes, da Colônia de Pescadores.

O SR. SAULO COELHO NUNES - Boa tarde a todos.

Em nome do nosso Chefe, Manoel Moacir, que não pôde ficar até o final deste encontro, venho trazer um relato breve de algumas ações que a EMBRAPA vem desenvolvendo no sentido de dar apoio à luta das catadoras e também no sentido de trazer o arcabouço técnico que consideramos necessário para que essa questão seja conhecida mais profundamente.

Um dos produtos, que já foi mencionado pela Deputada Ana Lúcia, é o Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe, que nós desenvolvemos em 2009 e lançamos em 2010, a pedido do Ministério Público. Agora, iniciamos o processo de atualização desses dados.

Portanto, estamos com os pesquisadores que o nosso Chefe mencionou, do Pará e de Pernambuco, aqui em Sergipe, esta semana inteira, indo a campo, com a metodologia que chamamos de cartografia social.

Como funciona isso? Usamos mapas de satélite das regiões litorâneas de Sergipe de que a EMBRAPA dispõe. Vamos às comunidades com o questionário de diagnóstico social participativo e colocamos um plástico transparente sobre esses mapas. Conversando com os grupos de catadoras, vamos identificando as áreas de ocorrência e fazendo perguntas bem circunstanciadas para entender como se dá a forma de acesso a cada uma dessas áreas: se é acesso liberado plenamente, se é liberado mediante pagamento financeiro, se há conflito para acessar essas áreas, se essas áreas estão cercadas, se eles estão sendo proibidos de entrar.

Então, diante desses dados, que acreditamos ter uma qualidade interessante para subsidiar esse processo de reconhecimento da RESEX, cremos que, com esse tipo de conhecimento, fica mais fácil identificar onde existem os conflitos e onde está a ocorrência do processo de catar a mangaba como subsistência.



Esse processo de renovação já se encontra em andamento. Nós estamos em campo fazendo esses questionários nos encontros com as catadoras. Há uma previsão de que, nos próximos 90 dias, sejamos capazes de entregar ao Ministério Público um relatório com esses dados trabalhados e, no ano que vem, no primeiro semestre, uma publicação com essa mesma qualidade.

Ressaltamos que esse primeiro mapa está disponível para todos. Dispomos de alguns exemplares na biblioteca da EMBRAPA e também *on-line*. As pessoas que tiverem interesse podem nos contatar pelo telefone 4009-1344. É esse o nosso número de atendimento ao cidadão na EMBRAPA.

Há algumas outras ações que consideramos relevantes. É bom ressaltar também que, nesse processo de atualização dos dados, nós temos a parceria dos colegas do INCRA e da ADEMA, no âmbito estadual.

Do ponto de vista de conhecimento, parafraseando o que a Procuradora citou, para que o diálogo aconteça de forma eficiente e eficaz, é preciso ter conhecimento. Então, acreditando nisso, a EMBRAPA, ao longo de muitos anos, de décadas de pesquisa, procurou reunir nos seus repositórios, acessíveis a toda a sociedade, um arcabouço de conhecimento bastante robusto sobre a mangaba.

Além desse mapeamento, em 2011 nós lançamos o livro *A Mangabeira As Catadoras O Extrativismo*, organizado pelos pesquisadores Josué e Dalva e pela analista Raquel. Nós temos dezenas de artigos e documentos técnicos publicados gratuitamente pela EMBRAPA sobre o sistema de produção da mangaba e outras técnicas e conhecimentos.

Nós oferecemos o curso de preparação de mudas e sementes para o plantio da mangaba. Ele é gratuito. Basta que as entidades formem parceria conosco para que isso seja realizado. Nós temos um repositório chamado *Árvore do Conhecimento*, que reúne todos os artigos, documentos e conhecimentos relativos à mangaba, disponível *on-line* no *site* da EMBRAPA.

Nós orientamos, gratuitamente, dezenas de bolsistas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, nas universidades parceiras, além de fornecer os nossos pesquisadores para darem aula gratuitamente nesses cursos.

É importante ressaltar também que temos tecnologias de cultura de tecidos vegetais para multiplicar essas mudas de mangaba, bastando que haja apenas



biofábricas preparadas para isso. O SERGIPETEC iniciou o processo de construção de uma biofábrica. Está um pouco estagnado. Aguardamos que se desenvolva, para que possamos colocar isso em prática mais eficazmente.

É importante dizer também que a EMBRAPA é a primeira empresa pública federal a ter, em sua propriedade, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural — RPPN. Em Itaporanga d'Ajuda, na área da proposta da reserva extrativista, temos um campo experimental de mais ou menos 1.000 hectares, dos quais 690 foram reconhecidos em 2011 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como área de preservação permanente, intocada. Só pode ser visitada para fins de pesquisa científica, turismo ambiental e educação ambiental.

Orgulhamo-nos muito, como empresa pública federal, de dar a nossa contribuição para que essa área seja preservada e fique protegida dos movimentos especulativos de diversas naturezas que estão acometendo aquela região.

Agradecemos pela oportunidade e deixamos a EMBRAPA de portas abertas tanto para acessar o conhecimento que produzimos como para fornecer toda a documentação necessária do que já foi construído até agora, a fim de ajudar no processo de efetivação dessa RESEX.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o Deputado Estadual Gilson Andrade.

O SR. GILSON ANDRADE - Boa tarde a todos.

Quero inicialmente pedir desculpas porque cheguei no final do seminário em virtude de uma audiência marcada no Ministério Público Federal, às 10 horas. Estive aqui antes de iniciar os debates. Essa audiência se prolongou, Deputada Ana Lúcia. Eu imaginava que seria algo rápido, mas saí de lá há poucos instantes. No entanto, foi uma audiência bastante proveitosa. Lá foram discutidas as questões, Vereador Artur, da distância, em relação à duplicação da BR-101, no que se refere à área urbana de Estância.

Cumprimento as lideranças comunitárias presentes e os representantes de órgãos.

Deputado João Daniel, é um prazer revê-lo. Espero que V.Exa. venha mais vezes a esta Casa, que é sua.



Parabéns, Deputada Ana Lúcia, por abrir as portas do Poder Legislativo, para que ele fique cada vez mais próximo da população.

Quero aqui parabenizar todos que estão envolvidos neste debate. Coloco-me à disposição.

Prefeito José Leal, eu conversava com o senhor antes de iniciar o debate. Perguntei da sua opinião, e o senhor se colocou à disposição e me disse que é importante para a cidade de Indiaroba, é importante para todos da região sul do Estado. Em Estância, há uma associação das mangabeiras, que tem contribuído e muito com a melhoria da qualidade de vida das mulheres que dela fazem parte.

Então, este debate é importante e é oportuno. Desejamos que ele avance em outras instâncias, para que, de fato, tudo isso possa ser contemplado no futuro.

Muito obrigado e parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o Sr. José Moraes, representante da Colônia de Pescadores de Estância.

O SR. JOSÉ MORAES - Eu tive a iniciativa de vir até aqui justamente para fazer a ressalva de uma palavra que surgiu no pronunciamento da minha amiga representante das catadoras de mangaba, quando ela falou em vontade política. Eu quero que todos os senhores saibam que ela não se referiu aos políticos que estão presentes, aos políticos que, realmente, hoje, estão dando total apoio a este processo. Ela se referiu ao andamento do processo, porque aqui há pessoas que participaram de uma audiência pública em Alecrim, quando José Moraes foi até ameaçado ao defender os interesses daqueles trabalhadores.

Também quero agradecer agora, porque tenho que ser bem breve, ao Prefeito José Leal pela iniciativa. Ele trouxe ao conhecimento do público aquela agressão ambiental que hoje volta a acontecer naquele local pela Lusomar.

Eu quero dizer aos senhores que arrisquei a minha própria vida para, justamente, combater aquela agressão ambiental que existia por parte da Lusomar. Há pessoas aqui que provam os confrontos que eu travei para constatar tudo e levar até o Ministério Público. Lá houve a morte de pescadores, não foi de um só nem de dois, fora o absurdo que ela causava ao meio ambiente.

Quero deixar registrado, Dra. Livia, que, no meu pronunciamento anterior, eu não tratei desses assuntos porque estava preparado para, na próxima semana, ir até



o Ministério Público levar uma denúncia. E não é só a da Lusomar que está na minha planilha anotada. Essa é uma. Mas também temos no Município de Estância outros absurdos. Existem pessoas que proíbem o pescador de ir até um porto fazer uso dele para ir buscar o seu sustento, mas não proíbem um latifundiário de construir uma casa, uma mansão dentro da lagoa. Que lagoa é essa? É uma que havia na Praia do Abaís e que dava sustentação aos pais de famílias. Hoje eles estão proibidos de pescar naquela lagoa, porque ela está poluída. Quem poluiu? Os latifundiários que construíram casas lá dentro e que foram embargadas pelo IBAMA, embargadas pelo Ministério Público. E esse cidadão terminou de construir, construiu outra e já está na terceira. Está lá na Abaís, para todo o mundo ver.

Hoje, a lagoa se encontra interditada. O pescador não pode ir lá pegar um peixe, porque ela está poluída. Agora, quem poluiu? Foi o pescador?

Na área de preservação permanente, como disse o Sr. Artur, o murici está acabando. Mas o murici, Sr. Artur, é uma espécie que, justamente, permanece em área de preservação permanente. Então, o que pertence às áreas permanentes está-se acabando.

Nós tivemos, no mês passado, uma reunião em Estância e houve também uma em Indiaroba e em Santa Luzia sobre o goiamum, que está em extinção. Mas está em extinção por quê? Por causa das agressões ambientais. Hoje não temos os mangues protegidos, não temos os brejos, não temos mais nada disso.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra a próxima inscrita, a estudante Maria Silvestre, do Instituto Federal de São Cristóvão. Em seguida, o Sr. Djalma José de Jesus, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Estância e Presidente da Associação do Povoado Massadiço.

A SRA. MARIA SILVESTRE - Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Meu nome é Maria Silvestre. Sou aluna de Agroecologia do Instituto Federal de São Cristóvão. Queria aproveitar esta oportunidade, em que há alguns representantes de Brasília, para externar a minha preocupação, já que neste seminário estão presentes grandes comunidades extrativistas, com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000.



Eu acho que todas as comunidades tradicionais deveriam ficar muito preocupadas com essa PEC e pediria que se movimentassem, porque, a qualquer momento, ela pode ser aprovada, e isso não é muito bom.

A PEC 215 transfere a competência da União na demarcação de terras indígenas para o Congresso. Pensem no prejuízo, caso isso venha a acontecer, para o futuro, nos possíveis impactos.

Sendo esta proposta aprovada, pode o Governo Federal transferir ao Congresso a última palavra sobre o reconhecimento de terras indígenas, Unidades de Conservação e assim por diante. Ou seja, é um pontapé para as demais propostas.

Quero dizer a todos que estão aqui, ao pessoal da comunidade extrativista tradicional que se preocupe, que entre no *site* da Câmara, do Congresso, e tente acompanhar, tente fazer movimentos. Ao pessoal que está presente, no caso os nossos representantes, peço que não deixem de ter essa preocupação, porque o caso é sério. Há, na verdade, uma preocupação com relação aos ruralistas, aos grandes latifundiários. Imaginem que hoje, na Amazônia, já está acontecendo esse problema dos conflitos, mas pode ocorrer ainda mais. Em relação a essas mudanças, pode também haver mudança de procedimento para a demarcação. Isso possibilitará — me atrapalhei aqui — que fiscalizem também aquelas áreas que já foram demarcadas, entenderam? É mais ou menos isso.

Eu peço às autoridades aqui presentes que fiquem ligadas. Houve um movimento, tempos atrás, com os índios naquela região. Eu, na verdade, gostei do que eles fizeram lá. Não foi certo, mas foi uma forma de manifestação, para que não fosse aprovada aquela lei, no caso dos índios, da terra que eles invadiram. Eu não acho que foi muito correto, mas foi a forma que eles, desesperadamente, usaram, e funcionou. Nós podemos fazer isso de uma maneira mais construtiva, entenderam?

É só isso que eu quero falar. Peço à população que está aqui — é sério — que fiscalize a PEC 215, porque, certamente, nos dias 6 ou 7, sairá um novo relatório, se não me falha a memória. Não esqueçam: PEC 215. Deem uma lida nessa PEC e entrem em ação.

Agradeço pela oportunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)



O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o Sr. Djalma José de Jesus.

O SR. DJALMA JOSÉ DE JESUS - Eu quero, em nome de todas as comunidades envolvidas na área de abrangência da criação da Unidade de Conservação, agradecer às autoridades voltadas a fazer com que este sonho das comunidades um dia se torne realidade.

Agradeço à Mesa e, principalmente, à Frente Parlamentar que está dando muito apoio à criação das RESEXs.

Eu quero também, antes de tratar do tema propriamente, dizer ao nosso amigo José Moraes que, junto com sua denúncia — com certeza, creio que seja a casa do italiano lá na entrada do Massadiço —, também procure verificar outra casa que cercou a lagoa e hoje está cobrando 1 real de cada pessoa que queira tomar banho nela.

Minha gente, a PETROBRAS, junto ao IBAMA, Divisão de Coordenação ao CGPEG — Coordenação-Geral de Petróleo e Gás, elaborou um EIA, de 11 mil páginas, com o intuito de revitalizar os poços antigos de petróleo na Unidade Sergipe/Alagoas, ou seja, os postos maduros, como diz o próprio representante do Ministério de Minas e Energia.

Vejam só: 30 anos depois da exploração ainda não foram compensadas as comunidades impactadas. Significa dizer que, se as comunidades ribeirinhas fossem esperar pelo petróleo produzido na unidade da Bacia de Sergipe-Alagoas, todas elas já teriam sido extintas pela fome. Porém o povo que compõe essas comunidades está sobrevivendo ainda hoje do extrativismo, mesmo tendo que pular a cerca e entrar escondido, para poder pescar e coletar seus mariscos, às vezes chegando até a morte, como foi o caso do Sr. José Domingos Cardoso, morto por tentar ganhar o pão de cada dia. Ainda hoje, a comunidade do Massadiço está de luto.

Somos ribeirinhos. Escolhemos habitar nesse lugar para viver com os nossos filhos, mas estamos sendo expulsos pela especulação imobiliária. Só a RESEX irá fazer valer os nossos direitos. Queremos urgentemente a criação desta unidade de conservação, para podermos continuar vivendo com nossas famílias, naquele local, e buscar, no extrativismo, nossa sobrevivência, livre do latifúndio e do arame farpado, para assim podermos dar aos nossos futuros filhos e à nossa família uma vida digna.



A comunidade do Massadiço, com seus pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba, agradece e faz urgentemente este apelo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o próximo escrito, Cláudio Caducha, Vice-Prefeito de Barra dos Coqueiros.

O SR. CLÁUDIO CADUCHA - Gostaria de cumprimentar as autoridades constituídas da Mesa, o Deputado João Daniel, a Deputada Ana Lúcia, Procuradora Livia, o Prefeito José Leal, o Deputado Edmilson e demais presentes.

Quero dizer que eu sou do Município de Barra dos Coqueiros. Estamos aqui para representar, na condição de Vice-Prefeito, e também para apoiar as nossas companheiras catadoras de mangaba, que vieram pedir apoio para a criação de reservas extrativistas.

O nosso Município vive também uma situação extremamente delicada. Hoje, as catadoras precisam pagar para exercer seu ofício no Município, mas não é só isto. Tal situação deu-se inclusive a partir da luta delas para terem seu espaço, ou seja, a desapropriação de uma área no Município, para, de fato, poderem trabalhar.

A cada dia que passa, ficamos mais desesperançados. A última ação não veio do meio empresarial, mas do próprio poder público, que tornou aquela área rural em uma área de expansão urbana — inclusive estamos questionando essa manobra na Justiça. Se não for feito nada, em pouco tempo, não vai sobrar nada, não só a mangaba como também qualquer outra planta nativa naquela região — nem mangaba, nem coqueiro. Daqui a uns 10 anos, acho, vai perder o sentido falar de Barra dos Coqueiros.

Trouxemos então algumas sugestões em relação a esse processo. Eu acho, João, que, do ponto de vista do marco legal, poderia ser pensado algo quanto à preservação dos coqueiros de toda a região. Acho também que há fragilidade institucional nos Municípios, principalmente dos que ainda conservam essa riqueza. Esses Municípios não são forçados a fiscalizar, apesar de terem instrumentos para fiscalizar a preservação do meio ambiente.

Acho que, em âmbito federal, algo poderia ser pensado, porque o IBAMA e o Estado têm seus quadros, mas a Prefeitura não é obrigada a ter seu quadro de fiscais para trabalharem tanto do ponto de vista educativo quanto do ponto de vista



repressivo, para coibir práticas de agressão ao meio ambiente. Hoje, por exemplo, no caso da Barra, fomos forçados a ter um plano diretor, porque a lei assim determina. Fizemos a nossa parte, mas, quando os empreendimentos chegam, quando apresentam suas medidas mitigadoras, não há quem fiscalize. Essa fragilidade, hoje, tem gerado prejuízos imensos. A própria ponte Aracaju-Barra, que recebeu uma série de medidas mitigadoras, até hoje, nela, a maior parte não foi efetivada. Isto é algo, acho, que as legislações federal e estadual poderiam prever.

Por último, para nós, fica uma esperança. Na nossa cidade, a luta dos quilombolas do Pontal da Barra frutificou e deu resultado. Precisamos que esses exemplos e essa reserva extrativista possam, de fato, sair do papel, para servirem de alento, para que possamos lutar, na nossa região, para que exista também uma reserva. Precisamos que a lei que protege a mangaba seja cumprida efetivamente nesses Municípios localizados ao norte dessa região.

Eu gostaria de terminar minha fala dizendo que esta audiência é um alento importante, porque, há muito tempo, estamos assistindo à destruição sistemática da produção de mangaba e da privatização dos espaços públicos. Há socialização do prejuízo, porque toda vez que há uma agressão ambiental, quem tem que investir é o Estado, e é o nosso dinheiro. Precisamos começar a reverter isso e forçar todos a participarem, porque a gestão é compartilhada entre Estados, Município e União. O Município também tem que fazer a sua parte. Pedimos o exame dessa possibilidade de forçar o Município a cumprir com suas obrigações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE - Registro a presença do companheiro Gileno Damascena, da Direção Nacional do MST. Com esta última participação, encerramos os questionamentos da plateia.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero agradecer ao Deputado João Daniel, à Deputada Ana Lúcia e a todos os participantes pelo privilégio de participar de um debate em que muito aprendi. Ouvi aqui representantes de instituições do Estado brasileiro. Por serem instituições do Estado, elas não podem se comportar como representantes de Governo. Falo isso para positivar as falas institucionais aqui apresentadas, desde o Ministério Público



Federal, representado aqui pela Dra. Livia — aliás, o seu sobrenome, lá em Belém também existe um dos maiores músicos paraenses, meu amigo Tinoco —, até os representantes dos órgãos estatais, eu queria relevar algo comum a todos: vontade política e descrição técnica sobre os limites e as possibilidades da implantação da reserva extrativista.

Uma coisa importante sobre este espaço que nós construímos, este lugar de construção do sonho, da RESEX, é que ouvimos várias falas, mas faltou uma que, em geral, acontece nos espaços da política, o sofisma, porque se há algo nojento para quem pensa seriamente no futuro do Brasil é o velho e furado discurso de compromisso com o povo que, na prática, se traduz num permanente dar as costas para os interesse da sociedade.

Não tem um filho de uma mãe que não diga que vê o povo, a educação e o meio ambiente como prioridades. E o exercício do mandato é para produzir políticas contrárias a esses direitos. Eu falo isso com muita consciência, porque contribuições surgiram — e o nosso querido Deputado João Daniel fará aqui um resumo de várias ideias factíveis surgidas — e foram levantados problemas que podem dificultar.

O Ministério de Minas e Energia não veio aqui para fazer um discurso hipócrita, falso; veio inclusive para nos responder a todos, responder ao próprio Ministério Público e dizer: *“Olha, pessoal, é isso aqui. Se for possível conciliar a necessidade do Brasil de produzir energia — por enquanto, muito dependente ainda do petróleo —, se for possível, está aqui”*.

Então, sabe o que tem que sair desta reunião? Dar eficácia às ideias surgidas. Quando o nosso Vice-Prefeito fala na competência municipal, por exemplo, aqui foi proposto pelo Carlos Guedes que, enquanto não houver o decreto da Presidente criando a reserva, nós podemos, por exemplo, avançar no Cadastro Ambiental Rural. A lei estabelece a competência dos Municípios e do Estado, desde que, naturalmente, se associem ao sistema, funcionando como um sistema nacional.

Daí, com o seu poder de influência, com a ajuda dos companheiros do Ministério... Como é que fazemos isso, se está todo mundo querendo ajudar aqui, gente que entende de lei, gente que conhece e cumpre a lei?

Perguntei para o nosso representante do ICMBIO, Aldizio, se é possível conciliar o duto que leva o gás ou o óleo com uma reserva extrativista. Ele disse: *“Na*



primeira análise, não dá para conciliar a exploração petrolífera, mineral ou outras formas mais tradicionais de exploração dos recursos naturais e reserva extrativista". Mas aí, na conversa que a Dra. Lívia teve com o Clayton, ficou claro, primeiro... Os poços estão a quantos quilômetros da costa? Nós podemos ter isso na cartografia aqui com precisão. Há interesse em fazer poços no continente? Parece-me que não há. No entanto, trazer o petróleo de um poço que está a 10 quilômetros, 20 quilômetros da costa, um poço submarino, entrar no continente e ser transferido para a refinaria, digamos, só com duto, com gasoduto, com oleoduto. É assim, doutor? Se é assim, dá para conciliar um traçado desse duto, se existente? Qual seria, então, a cartografia da reserva a ser criada para permitir, conciliar essas duas atividades?

Eu estou falando assim sem afirmar que é absolutamente possível, mas acreditando que há, nas leis, nas normas já estabelecidas: *"Vamos abrir um poço na reserva! Não tem como!"* No entanto, em relação à passagem do duto, pelo que se viu no mapa, quase que tangenciando a reserva, vamos ter que responder legalmente com a ajuda do Ministério Público, das leis existentes e dos órgãos se dá para conciliar. Vai ser um passo importante.

Eu estou falando isso, Deputado João Daniel, porque V.Exa., que é do PT, o partido que está no Governo, sabe, mas, se fosse qualquer outro partido, sabe o que a Presidente, na hora em que vai assinar, diz? *"Isso aqui está consensual entre os órgãos?"*

Porque olha a desmoralização: imagina que ela chame a Dra. Izabella, Ministra do Meio Ambiente, que, por sua vez, recebeu um parecer do Sr. Carlos Guedes: *"Olha, está tudo legal, os ambientalistas estão querendo a reserva. O ICMBIO já está com a equipe trabalhando, está tudo avançando; bacana, pode decretar."* Aí vem o Ministro Braga, de Minas e Energia, e diz: *"Não concordamos"*. Interna e externamente gera uma crise. E diz: *"Não concorda por quê?"* *"Não, porque tem contratos assim e assado..."*. Ia gerar uma alegria e uma tristeza, uma festa por algo que não ia se realizar de fato, porque a crise estaria aberta.

Daí a importância desse diálogo já vitorioso para conciliar as divergências entre os órgãos do Estado para que o decreto saia sobre o que é factível, ou seja, dizendo que daqui para amanhã a força política vai decidir — e tem que ter vontade



política, é verdade —, sem nos iludirmos de que amanhã haverá uma audiência com a Presidente, que vai decretar sem considerar o que pensam os órgãos, o que a lei estabelece. Isso não vai ser possível.

Então, para ninguém sair daqui iludido e dizendo: *“Olha, conseguimos a nossa reserva!”* Não somos mercadores de ilusões; os hipócritas são, mas aqui há pessoas que estão pensando seriamente em transformar isso em realidade.

Eu não sou daqui, mas o meu Estado também possui várias reservas, e eu tenho contribuído para isso e tenho calado muitos Prefeitos que não têm coragem, não têm peito para dizer: *“Não é essa empresa que não vai trazer um emprego para o meu Município, que vai trazer alguns de fora, que vai usar alta tecnologia, porque a empresa de capital intensivo não gera emprego, destrói o equilíbrio ambiental, então, nem social, nem ambientalmente é importante, economicamente é importante? Em tese, porque o lucro é só para ela, já que não gerou benefício social, nem ecológico, nem ambiental. Então, isso não interessa.”*

Não é todo Prefeito que tem peito para dizer isto. A maioria diz: *“Eu vou trazer o progresso, meu povo”*. E o progresso é o financiador da campanha dele. Então, essa é a diferença.

Vou concluir agradecendo e dizendo que saio muito feliz daqui. Vamos dar outros passos necessários e espero que, em um tempo não tão longo, possamos voltar aqui para festejar uma vitória, conciliando, naturalmente.

Ninguém quer que a PETROBRAS deixe de funcionar aqui, e a exploração petrolífera até iria trazer consequências imediatas muito graves, mas o meu sonho é que um dia tenhamos a nossa matriz energética baseada em fontes não esgotáveis, fontes renováveis, como a energia solar, a energia eólica e outras fontes, mas é um processo que tem que ser construído, não se faz isso por decreto.

Se me permite, Deputado João Daniel, duas coisas mais: a Profa. Sônia fez referência a uma lei importante, que talvez tenha sido a primeira grande lei que eu, no meu primeiro mandato, tenha tido oportunidade de debater: a do acesso ao patrimônio genético.

Por coincidência, eu ia conversar com ela, mas não quis sair da mesa, quando ela teve que sair, mas eu tinha conversado com o querido Carlos Guedes também e vou propor, Deputado João Daniel, com a sua ajuda, com certeza, um



debate na Comissão de Meio Ambiente, na Frente Ambientalista, sobre esse tema, que agora está em fase da regulamentação. É uma vitória, no entanto, da Profa. Sônia! E eu queria dizer para ela que, em relação a alguns vetos enviados pela Presidente ao Congresso, eu não concordo. Isso é uma diferença, mas alguns vetos foram fundamentais.

No caso de vetos, há vários dispositivos que os Deputados representantes do povo tinham aprovado para favorecer laboratórios estrangeiros. Alguns foram fundamentais. De modo que a regulamentação vai ser a favor da gente, possivelmente.

Só para se ter uma ideia, uma das defesas que eu fiz, incumbido pelo PSOL, foi a de aceitar que uma instituição estrangeira tivesse acesso ao nosso patrimônio para desenvolver um medicamento qualquer — vamos dizer que fosse isso, um interesse de uma empresa francesa —, só que nós queríamos que ela estivesse associada a uma universidade ou a um centro de pesquisa brasileiro. Poderia ser até privado, não importava, desde que participassem cientistas brasileiros. Nem isso, nem abrindo para a iniciativa privada, para uma universidade como a UNAMA – Universidade da Amazônia, UNIP, em São Paulo, nem sendo privada eles quiseram.

Eles não queriam, queriam que viesse um laboratório sueco, francês, alemão, norte-americano ou canadense e tomasse conta do saber produzido por nós e da nossa biodiversidade sem nenhum controle nacional. Passou assim. O Senado ajudou, mudou, e a Presidente fez alguns vetos importantes.

Outra questão, para concluir, é a discussão da PEC 215. Eu tenho a honra de estar na Comissão Especial, mas é uma honra envergonhada, porque os indígenas nos autorizaram, mas eles não participam. Os movimentos indígenas e quilombolas dizem assim: *“Não participamos para não legitimar”*.

Aí eu consultei e disse: *“Eu também não tenho interesse em participar, porque eu sei que a maioria do agronegócio vai passar o rolo compressor e aprovar o relatório que eles quiserem”*. Mas aí, no diálogo com o pessoal do movimento, eu disse assim: *“Mas é importante ter gente nossa lá, para pelo menos não deixar eles fazerem a valsa tão tranquila; tumultuar, dificultar”*. Foi o que nós fizemos.

Apesar disso, na semana passada o "Presidente" de Mato Grosso, Nilson Leitão, apresentou o relatório alegando que o Regimento assim o obrigava. E



anteontem chamou uma nova reunião para abrir os debates e fazer a votação do relatório. E aí o que foi visto na *TV Câmara*, como eu não tinha confiança de que eles iam fazer um processo lícito, para permitir que, depois do processo, fosse dada vista para apresentar o nosso relatório alternativo, pedi vista logo do processo. Não são confiáveis — não me refiro a todos; nem todo empreendedor do agronegócio é bandido; não podemos generalizar.

O Deputado Nilson Leitão, por exemplo, tem sido educado conosco, por mais que com o Governo e com o PT seja muito cruel. Um dia desses, o ex-Prefeito de Blumenau, Deputado Décio Lima, quando o Deputado Nilson Leitão estava ofendendo a Presidente Dilma, disse: *“Cala a boca, rapaz, tu já foste preso e algemado”*. Ele avançou para bater. Aí a segurança da Câmara entrou. E não mentiu, o Décio Lima não mentiu, ele foi Prefeito, processado... *(falha na gravação.)* Ou seja, há 150 anos uma comunidade alemã veio e ocupou aquela área, e órgãos do Estado concederam inclusive título — pode ser precário, mas eles estão ali.

Hoje, os índios reivindicam a terra. Há um conflito. Aí o Governo diz: *“Olha, pago pela casa que tu construístes, pelo engenho e pago pela terra, porque foi culpa nossa — mais ou menos assim —, a tua ocupação não foi criminosa”*. Agora, há quem grila terra, ocupa criminosamente terra indígena, terra da União. Aí não dá para conversar, mas eles querem incluir também as terras criminosamente ocupadas.

A PEC 71, aprovada no Senado, agora foi para a Câmara. Acompanhem o debate para ver como eles vão querer avassalar. Se eu sou um bandido rico, monto um grupo de capangas, ocupo terra; se houver índio, eu expulso, ameaço; se houver camponês, pescador, população tradicional, quilombola... Às vezes até corruptamente consigo um título qualquer para dizer que sou o dono e que vou ser indenizado por uma terra que eu roubei do Estado brasileiro. Não tem sentido pagar por um produto que é nosso, do Brasil.

E o nosso querido representante da SPU — Secretaria do Patrimônio da União sabe muito bem do que estou falando. Se é do Estado brasileiro não tem que ser indenizado. Mas se o Estado orientou, aí ele tem responsabilidade. Por isso a PEC 71 abriu essa possibilidade.



Da mesma forma, tenho argumentado que, se um indígena foi orientado a sair da terra, como o Estado brasileiro fez ao longo de vários Governos... Na ditadura, povos inteiros foram transferidos dos rincões do Xingu para a fronteira com o Suriname. Isso representou uma desestruturação para certas etnias, algumas permaneceram, poucas, começam a chamar os parentes de volta, só que agora já tem um camarada que diz: *“Eu sou o dono, olha aqui o meu título”*.

Quem foi responsável por esse ataque aos interesses indígenas? Foi a ditadura militar? Foi o Governo Vargas? Não interessa, o Estado agiu, ele vai ter que resolver o conflito em favor dos que têm direito ancestral, em favor da justiça social. É complicado.

Quero parabenizá-lo pelo alerta. Acompanhem e pressionem, porque aqui todo mundo votou. Quem votou nesse aqui não vai precisar dizer: *“Olha, vota contra a PEC 215”*. Mas um bando de gente votou, com todo o respeito, e não acompanha a ação dos seus Deputados. Daqui a pouco teremos eleição de novo e o canalha é eleito de novo para ficar trabalhando contra os interesses do País. Desculpem eu usar essas expressões, mas realmente às vezes é revoltante o que vivenciamos na condição de Parlamentar.

Muito obrigado! Parabéns a todos nós e parabéns ao Deputado João Daniel!

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Muito obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Guedes, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES - Quero agradecer aqui aos Parlamentares a iniciativa, aos colegas do Governo a presença.

Acho que conseguimos avançar bem aqui do ponto de vista de enfrentar o tema da regularidade ambiental. É muito importante entendermos o papel do Cadastro Ambiental Rural, das propriedades que têm esses plantios nativos e que vão poder transformar isto em um instrumento de valoração e de uma nova pactuação com as populações extrativistas.

Nós estamos fazendo esse debate também com os campos nativos de Babaçu, no Maranhão, no Pará e no Piauí. E, aqui, acho que o exemplo das mangabeiras pode nos ajudar muito. Do trabalho que a EMBRAPA está



desenvolvendo — acabou de relatar — nós vamos precisar inclusive para aprimorar o trabalho do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente.

Eu estava conversando com o Paulo, do INCRA, e com o Teófilo, da SPU, para fazermos um trabalho conjunto nas áreas da União, com o Cadastro Ambiental Rural, que também vai servir para nos ajudar a conhecer a realidade. E eu acho que, enquanto se faz esse trabalho mais estruturado do ICMBio com o Ministério de Minas e Energia, identificando viabilidade, vamos fazer um trabalho de atendimento às comunidades, onde elas estão hoje, para garantir os seus direitos territoriais e a sua condição de inclusão produtiva.

Então, aquilo que nós já conversamos sobre a PGPM-Bio — Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade, sobre a mangaba, como as Prefeituras nos ajudam na alimentação escolar comprando a produção extrativista, e mesmo da pesca, estimulando isso na merenda escolar das nossas crianças. É isso que fortalece, em minha opinião, a condição das comunidades fazerem o enfrentamento.

Eu não poderia me furtar de tratar de dois temas muito importantes, já referenciados pelo Deputado Edmilson Rodrigues.

Primeiro, em relação à Lei nº 13.123, nós estamos num amplo processo de debate com as comunidades tradicionais, realizando oficinas regionais, financiadas pelo Ministério do Meio Ambiente, para que elas conheçam a lei. E quero, mais uma vez, ressaltar a importância da manutenção dos vetos da Presidenta Dilma à lei aprovada pela Câmara. Temos que estar muito atentos a isso.

Só para fazer um paralelo, hoje, quando debatemos patrimônio genético, fica muito parecido com o que estávamos fazendo com o pré-sal. É nosso, é do Brasil, temos de estabelecer regras, por mais que haja gente que queira mudar isso — não é Edmilson? — lá no Congresso.

Outro debate é sobre o conhecimento tradicional associado a esse patrimônio genético, como as populações, ao longo do tempo, conseguiram identificar na natureza soluções medicinais, ou mesmo cosméticas, e como a lei dá amplo direito a essas comunidades conhecerem e, mais do que isso, rejeitarem acordos, se for necessário. Isso tem de ser preservado. E é disso que estamos tratando na regulamentação da Lei nº 13.123.



E o último tema que eu gostaria de destacar, que, acho, tem muito a ver com todo o nosso debate aqui, é o fato de o Governo Federal estar travando o debate. Vou até usar um momento do Papa Francisco, do seu compromisso com a questão ecológica. Vinha, sim, o Governo fazendo um debate nas trevas sobre os direitos territoriais e sobre a preservação de conquistas. A PEC 215 e outras iniciativas reacionárias que hoje trabalham na perspectiva de retirar esses direitos acabam trazendo à luz o que é o debate hoje sobre as conquistas adquiridas no último período. Está em trâmite a ADI contra o Decreto nº 4.887, o da regularização quilombola.

Outras medidas importantes afetam direitos. Só se reconhecem os direitos dos indígenas até a Constituição de 1988. São temas muito complexos. E toda vez que vamos avançar do ponto de vista de reconhecimento territorial, se não conseguimos constituir um entendimento, não conseguimos constituir minimamente uma condição de pacificação — foi isso que disse o Deputado Edmilson Rodrigues — para dar solução, aumentamos a crise. Isso é real. E quem reage a essa crise tem hoje muita força para combatê-la.

Então, estamos saindo daqui, acho, com uma grande pactuação entre os agentes públicos federais, com a possibilidade de trabalhar com as comunidades ainda no processo mais complexo da RESEX em elaboração. Essa pactuação envolve também os Governos Estaduais e Municipais, em apoio às comunidades.

Então, este é o compromisso reafirmado pelo Ministério do Meio Ambiente. Nós vamos estudar as alternativas que nos foram apresentadas para dar continuidade aos estudos técnicos. O meu colega do ICMBio vai falar sobre isso, mas a posição do Ministério do Meio Ambiente é a de que as catadoras de mangaba e os pescadores artesanais são o nosso público e nós queremos apoiá-los com as políticas que temos em mãos e, obviamente, com o desenlace da possibilidade da constituição da RESEX. Que isso seja fortalecido com a criação da reserva.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Passamos a palavra agora ao Sr. Clayton, representando o Ministério de Minas e Energia.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES - Agradeço a oportunidade de participar deste evento. Espero continuar contribuindo com o processo. Tenho a



expectativa de que tudo se resolva da melhor forma possível, mas só reforço a importância também da atividade petrolífera para o Estado.

No nosso entendimento, temos que buscar compatibilizar essas atividades que trazem benefícios para o País e para o Estado como um todo.

O Ministério está, então, à disposição. Qualquer questão que seja demandada nós vamos buscar atender prontamente, da mesma forma que temos feito até agora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Pergunto ao Paulo Emmanuel Alves se deseja fazer alguma consideração. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Paulo, representante do INCRA.

O SR. PAULO EMANNUEL ALVES - Eu não vou me alongar muito, não. *(Riso.)* Brincadeira, eu vou ser breve. A respeito de uma sugestão encaminhada ao nosso mestre de cerimônia sobre a atuação em parceria com a EMDAGRO, só quero ressaltar que isso de fato já ocorre. Eu, inclusive, queria ressaltar que tem havido algumas discussões.

O INCRA, paralelamente ao processo de decretação dessa reserva agroextrativista, já faz levantamento desses imóveis no litoral sul. Como eu já disse e reforço: hoje três imóveis já estão sendo levantados na região. Obviamente, nós temos uma limitação de quantidade de servidores que pudessem aumentar a quantidade de imóveis fiscalizados, mas hoje nós já temos isso, inclusive em paralelo. Não precisamos ficar estagnados enquanto sai esse decreto.

Quero reforçar os meus parabéns aos envolvidos e dizer que eu acho que aqui foram construídas algumas possibilidades que demonstram de fato a vontade principalmente dos órgãos federais e dos políticos que estão presentes como representantes. E eu me refiro ao Deputado João Daniel, no sentido da provocação desta audiência pública.

E eu acho que, com a conjuntura atual, apesar dessa crise, mas com essa vontade e a união com as comunidades tradicionais, nós teremos resultados positivos, sim. O INCRA está de portas abertas. Mais uma vez eu reitero essa parceria também com vocês, como gosto sempre de chamar, e que nós vamos conseguir, sim, resultados positivos. Queria somente agradecer a oportunidade e parabenizar mais uma vez todos. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Passo a palavra à Dra. Livia Tinoco.

A SRA. LÍVIA NASCIMENTO TINOCO - Deputado João Daniel, quero agradecer a oportunidade, agradecer a todos, inclusive os que estão aqui até agora no horário da fome, e dizer que acredito que pelo menos algumas coisas ficaram mais transparentes.

Hoje nós viemos a conhecer os motivos do Ministério de Minas e Energia, que desconhecíamos. Esse já é um grande avanço na questão da transparência. A informação chegou. Sabemos hoje qual é o impedimento. Agora, sabendo qual é esse impedimento, eu visualizo também a capacidade de avançar sobre ele para, de alguma forma, contorná-lo e trazeremos uma solução, permitindo que não se bloqueie por completo o caminho da criação da RESEX, porque a energia é importante, obviamente, para o nosso País, para a nossa sobrevivência. Ninguém olvida isto. Mas a função ecológica é importante e também a sobrevivência de grupos sociais que fazem parte do patrimônio social do País.

Então, não podemos privilegiar apenas uma visão. O Ministério de Minas e Energia precisa produzir e nada mais pode ser feito. Eu acho que não pode ser assim também. As primeiras lições que aprendemos nos bancos da faculdade de Direito falam de sempre tentarmos contrabalançar os diversos princípios. Um princípio vai num sentido e outro princípio vai em outro sentido. É preciso compatibilizá-los.

Quem estuda a Constituição, o Direito Constitucional também sabe disso. Há o princípio da função social e o princípio da livre iniciativa. É preciso compatibilizar a livre iniciativa com a manutenção da função social da propriedade. Então, acredito que hoje se põe diante de todos nós o grande desafio da compatibilização, o grande desafio da harmonização de interesses para que nós possamos chegar a um resultado que não seja ruim para o Ministério de Minas e Energia e para a produção energética do País, mas também não seja ruim para as populações atingidas, que também não seja ruim para a proteção da função ecológica que nós temos ali naquela região e que é importante preservar.



Portanto, creio que, munidos das informações, devemos agora montar uma agenda de compromissos e avançar nesse diálogo com a compreensão de que é necessário dar respostas.

Quando eu cheguei aqui, escutei o ICMBio dizer: *“Essa questão foi colocada pelo Ministério de Minas e Energia e agora a gente vai ter que rever tudo.”* E eu fico pensando: *“Nossa, então nós vamos levar mais 3 anos, 4 anos para chegar a um resultado.”* Nós não temos esse tempo. O tempo que tínhamos já se esgotou há muito, porque já estamos há 10 anos nesse processo.

Então, a questão é agir com eficácia, com agilidade e buscar um resultado útil, um resultado adequado para harmonizar esses interesses que agora percebemos que estão em choque, em conflito. Mas nós temos que conseguir isso. Este é o desafio do desenvolvimento sustentável: fazer com que o País cresça, mas de modo sustentável. Então, é aí que nós temos que harmonizar essas visões.

Queria pedir, então, ao Deputado João Daniel, proponente deste evento que todos nós já vemos como foi proveitoso, que continue sendo o mediador junto à Comissão de Meio Ambiente da Câmara. O Deputado Edmilson Rodrigues também veio aqui e conheceu a nossa realidade, todo esse assunto e pode nos apoiar lá. Que vocês possam continuar sendo os mediadores nesse diálogo entre MME e MMA — e aí incluo o ICMBio no lado do MMA —, Ministério Público e as populações. Que tenhamos novos espaços para tratar do problema posto e pensar soluções concretas para essa situação que se põe como um grande desafio para todos nós autoridades públicas que temos de dar resposta aos graves e prementes desafios que se põem às nossas vistas.

É isso. Mais uma vez agradeço e solicito a permanência de vocês nesse diálogo como mediadores, a fim de que encontremos uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Muito obrigado, Dra. Lívia. Pode ter certeza de que nós vamos, com todo empenho, cuidar essa questão.

O representante do Instituto Chico Mendes, Aldizio Lima de Oliveira Filho, quer fazer uma consideração final?

O SR. ALDIZIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO - Primeiro, gostaríamos de agradecer a todos, agradecer a oportunidade de apresentar aqui o *status* atual do processo, dizer que, na Coordenação de Criação, trabalhamos com a parte técnica e



estamos abertos para discutir e deixar o compromisso de levar à direção do ICMBio todas as informações colhidas aqui. Eu peço que elas sejam encaminhadas à direção do ICMBio para que possamos discutir esse processo efetivamente junto a ela.

Como estamos na parte mais técnica, estamos à disposição para fornecer as informações técnicas e as possibilidades que conseguimos desenhar, mas temos que manter esse diálogo junto com a direção do Instituto.

Agradeço a todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Passo a palavra ao Prefeito Leal.

O SR. JOSÉ LEAL - Na verdade, queremos agradecer a todos, principalmente aos nossos companheiros que vieram aqui. Muitas vezes, uma opinião que parece ser boba tem muito fundamento. Eu queria deixar aqui algumas perguntas — poderão ser reflexões que eu vou fazer. Por exemplo, nesse decreto, não existe a possibilidade de identificarmos essas áreas que estão em conflito? Dra. Lívia, será que no decreto poderíamos identificar e deixar de fora essas áreas que estão em conflito? Quando não conseguimos ganhar 100%, vamos tentar ganhar 90%, vamos trabalhar com 90%. Eu acho que não podemos ficar parados. Será que não podemos fazer isso?

No mais, quero agradecer a todos a participação. Acho que houve um avanço muito grande, Deputado João Daniel, no dia de hoje. A reunião foi muito produtiva. Pior seria viver no escuro, o tempo todo sem saber o que está acontecendo. Hoje, como disse a Dra. Lívia, já temos um horizonte que precisa ser trabalhado e precisamos andar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Deputada Ana Lúcia.

A SRA. ANA LÚCIA VIEIRA - Quero agradecer a todos a presença e dizer que concordo com os encaminhamentos da Mesa. Acho que temos que viabilizar, em caráter de urgência, o estudo técnico exatamente porque a questão energética está muito longe do processo de exploração. Apenas com boa vontade e sensibilidade para a causa social nós resolvemos. Há um desafio dos nossos dois Parlamentares. Eu vejo que a Comissão da Câmara Federal tem um papel



importante de convencimento, e eu espero realmente que todos os técnicos aqui presentes vejam alternativa, repito, em caráter de urgência. A população não pode mais esperar, é muito grave a situação da população. Essa é a nossa expectativa. Espero que possamos fazer outras audiências, mas trazendo agora notícias de celebração.

Quero dizer ao Prefeito Leal o seguinte: Indiaroba e Santa Luzia, se nós formos tirar a parte por decreto, serão extremamente prejudicadas porque é muito grande a área que eles querem que ainda mantenha, quando, na verdade, estão explorando no mar. Tudo bem, nós entendemos que é a bacia, mas só aquele pedacinho deixa lá sem exploração. Pode continuar explorando no mar, que é onde está o melhor óleo, Edmilson. O melhor óleo e o melhor petróleo estão no nosso mar. Deixem a terra em paz e os rios também. Eu acho que o percurso não impacta tanto na economia brasileira, mas impacta muito a vida daqueles que residem, moram, sobrevivem naquela região.

Era isso que tinha a dizer.

Boa tarde a todos. Sucesso! Vamos conseguir a vitória, com certeza, para essa grande causa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Eu queria agradecer a todos e a todas a presença e a participação. Há várias ideias de encaminhamentos que foram aqui relatados. Nós vamos assumir o compromisso, inclusive está sendo tudo anotado e registrado. E, quem quiser, a partir da próxima segunda-feira, este seminário completo estará disponível na página da Câmara, na *TV Câmara*, em *Seminários e Eventos*.

Quanto aos encaminhamentos, nós gostaríamos de dizer que nós temos várias questões. Uma delas, Ana Lúcia, é a possibilidade de podermos contar, nos próximos dias, com a presença da própria Presidente da República, a Presidente Dilma, em uma das atividades. Está aqui, passou inclusive na Assembleia o responsável pela agenda, que está debatendo, está nos ouvindo. E nós podemos inclusive organizar uma Comissão representativa deste seminário para entregar um documento à Presidente, porque nós vimos aqui que há certa unidade de todos sobre a criação da reserva extrativista.



A Dra. Livia colocou uma questão muito importante. Nós vamos assumir para, junto com a Comissão, com o Edmilson e com os que possam nos ajudar, reunir o que for necessário dos Ministérios em Brasília, seja do meio ambiente, seja de minas e energia. É muito importante os representantes aqui presentes também irem para as audiências que forem necessárias lá.

Quanto à SPU e ao INCRA, acredito que no andamento aqui há questões que já podem começar a ser encaminhadas, Moraes. Eu acredito que nós precisamos, Leal e todos os representantes, criar um grupo que comece a planejar o que nós podemos fazer enquanto não sai o decreto, em termos do papel do INCRA e da SPU, e como o Ministério Público Federal pode atuar em alguns casos da região.

Então, eu acredito que nós podemos ajudar, a partir de um acompanhamento, por meio do nosso mandato, do mandato da Deputada Ana Lúcia, mas é muito importante que os representantes da sociedade que aqui estão presentes tenham um grupo que ajude a articular.

Bem, há vários encaminhamentos: a apresentação de um documento do evento para a Presidenta Dilma, que já foi colocado aqui; o envio de uma moção de apoio também, para que tentemos elaborar, Emmanuel, uma moção de apoio ao PL que trata a questão da mangaba, que é o PL 1.066/15. Não havendo ninguém contra, fica aprovado que se elabore uma moção a partir deste seminário; e a continuidade das discussões com os Municípios, com os órgãos públicos estaduais e federais. Para isso, eu acredito que seja preciso criar um Grupo de Trabalho. Nós não vamos ter tempo para ficar fazendo seminários permanentemente, mas podemos criar um grupo que discuta o assunto nos Municípios e que ajude a cobrar e dar os encaminhamentos.

Também foi feita uma proposta — esta é uma decisão que cabe ao Governo — no sentido de que os recursos de compensação do Campo de Piranema sejam destinados à aquisição e à desapropriação das áreas para a reserva. Como saiu a proposta, nós vamos dá-la como aprovada, não havendo questionamento.

Eu gostaria de agradecer a todos, em especial, ao Deputado Edmilson, a presença e a disponibilidade. Agradeço aos funcionários da Assembleia Legislativa de Sergipe, na pessoa do Presidente Luciano Bispo, que sempre colocou esta Assembleia à disposição para seminários e debates. Agradeço à Deputada Ana



Lúcia, da coordenação da Frente Parlamentar Ambientalista, e ao Deputado Gilson, que aqui está presente.

Também saúdo os assessores da Comissão de Meio Ambiente aqui estão presentes, Marcelo e Eliane, bem como as equipes da Deputada Ana Lúcia e deste Deputado, que também se encontram aqui presentes, que nos ajudaram e participaram do debate. Saúdo ainda o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Átila Lira, e a todos que participaram.

Enfim, nós queríamos agradecer a todos. Vamos continuar nesta luta, porque é fundamental defender a criação da reserva extrativista, defender a mangaba, defender o meio ambiente, defender um grande projeto que, acima de tudo, faça com que as pessoas das comunidades tradicionais sejam respeitadas e a natureza seja vista com a importância que ela tem.

Nós tivemos a oportunidade de participar de seminários mundiais ultimamente, inclusive sobre dilemas da humanidade, nos quais se debateu e se ouviu, nos quatro continentes, o quanto a força do capital e das empresas têm destruído o meio ambiente, tem criado conflitos, criado misérias.

E nós estamos vendo no Congresso Nacional um Congresso conservador, que tem PECs e mais PECs, esse tipo de debate e a participação popular, que engrandece a sociedade brasileira e constrói uma sociedade a cada dia mais forte, mais firme, mais solidária e mais comprometida.

Na pessoa de Teófilo, quero agradecer a todos os órgãos públicos federais do Estado de Sergipe. Muito obrigado a todos, especialmente às comunidades que aqui vieram — pescadores, quilombolas, catadores de mangaba, enfim, todas as entidades.

Muito obrigado.

Está encerrado este seminário.